



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2132/13	DATA: 03/12/2013	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 14h17min	TÉRMINO: 16h57min	PÁGINAS: 56

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIANA MEIRELLES - Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.
WANDERLEY COELHO BAPTISTA - Especialista em Políticas de Indústria da Gerência-Executiva de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria — CNI.
CAMILA VALVERDE - Representante do Comitê de Sustentabilidade da Associação Brasileira de Supermercados — ABRAS.
ALFREDO SCHMITT – Diretor-Adjunto da Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis — ABIEF.
MIGUEL BAHIENSE NETO - Presidente da Plastivida Instituto Socioambiental dos Plásticos.
ELOÍSA GARCIA - Gerente do Grupo de Embalagens Plásticas e Meio Ambiente do Centro de Tecnologia de Embalagem — CETEA.
TAMAS ISTVAN VERO – Diretor da TIV Plásticos Ltda.
ANTONIO ANDRADE DE PAULA – Consultor, Professor de Embalagens, Polímeros e Processos Industriais da TAPPI/EUA.
SEBASTIÃO CARLOS DOS SANTOS – Presidente da Associação dos Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, no Estado do Rio de Janeiro.
CRISTIANE SOARES - Representante da Confederação Nacional do Comércio — CNC.

SUMÁRIO

Debata sobre as soluções para o uso indiscriminado de sacolas plásticas no País.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone - Ininteligível.
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Boa tarde, amigos!

É com muita satisfação que nos encontramos aqui para debater soluções sobre o uso indiscriminado de embalagens plásticas, requerimento do brilhante Deputado Dr. Paulo César, do Rio de Janeiro, e do Dr. Ricardo Tripoli, Deputado de São Paulo, meu colega de bancada paulista.

Na verdade, esta é uma Comissão vocacionada para discutir o futuro. A gente perde um tempo muito grande tentando consertar os desvarios, a imprudência.

Sobre embalagens, eu já tive oportunidade de falar com o Ministério do Meio Ambiente e com outras autoridades e sugeri a criação de uma câmara brasileira de embalagens. Normalmente, os ambientalistas conservadores jogam sobre nós o discurso de que não queremos a produção, o progresso. Isso não tem nada a ver. Estamos fabricando embalagens que não se reciclam. Nós precisávamos de um equipamento que antecipasse não só o problema das embalagens, mas os demais problemas, porque a produção, às vezes, sem orientação, incorre em dificuldades.

Esta Comissão não tem o desejo de cristianizar ninguém. Ao contrário, nós queremos uma solução para os conflitos buscando o conhecimento, a ciência, para que nos orientem num acordo que faça a sociedade andar. É muito comum ouvir a contenda entre ambientalistas e ruralistas. É uma discussão falsa. Nem ruralistas nem ambientalistas têm interesse nesse conflito que nos joga para trás.

Então, neste espaço para discutir o futuro com esse espírito é que eu acho que devemos discutir o problema grave dos resíduos sólidos e uma parte importante, as embalagens. É assunto tão sério que nós da Comissão de Meio Ambiente, e chamo o testemunho dos três colegas presentes, estamos agora debruçados sobre o lixo no mar.

Não é possível continuar tratando nosso oceano, imenso, transatlântico, desta maneira. Qual é a consequência bárbara disso? Estamos importando peixe até do Vietnã, porque não temos dedicação à aquicultura, à qualidade da água do mar. E as embalagens estão presentes, jogadas de maneira criminosa, irresponsável, nesse patrimônio que é dos vivos brasileiros, mas dos futuros brasileiros, o que é pior.

É com satisfação que declaro aberta a presente reunião para tratar do uso indiscriminado de sacolas plásticas no País — já disse que é com muita honra,



presidindo a Comissão —, por requerimento de autoria de Ricardo Tripoli e do Dr. Paulo César.

Comunico a todos que o evento é transmitido ao vivo pela Internet e gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na sua grade.

Tendo em vista que teremos nove palestrantes, eu quero compor a Mesa com os cinco primeiros: Mariana Meirelles, Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (*palmas*); Wanderley Coelho Baptista, Especialista em Políticas de Indústria da Gerência Executiva de Meio Ambiente da CNI — Confederação Nacional da Indústria (*palmas*); Camila Valverde, do Comitê de Sustentabilidade da ABRAS — Associação Brasileira de Supermercados (*palmas*); Alfredo Schmitt, Diretor Adjunto da ABIEF — Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis (*palmas*); e Miguel Bahiense Neto, Presidente da Plastivida Instituto Socioambiental dos Plásticos (*palmas*). Bahiense é uma forma sofisticada de dizer baiano.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Também. Aliás, que emoção aquele gol aos 44 do segundo tempo! Aquilo ali foi obra de um orixá pesado. (*Risos.*)

Quero avisar aos amigos das presenças de Eloísa Garcia, Gerente do Grupo de Embalagens Plásticas e Meio Ambiente do CETEA — Centro de Tecnologia de Embalagem; de Tamas Istvan Vero, Diretor da TIV Plásticos Ltda.; e de Antônio Andrade de Paula, Consultor, Professor de Embalagens, Polímeros e Processos Industriais da TAPPI/EUA.

Registro as presenças dos Deputados Francisco Chagas e Vanderlei Siraque, meus companheiros de São Paulo. Francisco foi Vereador comigo num tempo melhor do que hoje. A Câmara era melhor do que hoje. (*Riso.*)

Também registro a presença de Sebastião Carlos dos Santos, Presidente da Associação dos Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, Rio de Janeiro.

Meu amigo, esta é uma questão maluca: já se faz embalagem no Brasil que não dá para usar em nada. É um absurdo! Acho que devemos ter o entendimento de que todo o mundo começar a conversar sobre isso. O isopor já é um problema. Agora tem materiais que não se reciclam. É um negócio horrível!



Vanderlei Siraque, até hoje eu recebo material dele em minha casa.

Eu quero dizer a todos que — somos pioneiros na Casa, estamos ampliando nosso auditório — nossa reunião está sendo transmitida ao vivo pela Internet, com a possibilidade de os internautas dirigirem perguntas a todos os presentes. Isso vai ser mediado pelos nossos assessores.

Convido o Deputado Dr. Paulo César para presidir a primeira Mesa, substituindo-me, como é de praxe. E ele faz isso com melhor qualidade do que eu.

Obrigado a todos e boa reunião. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Boa tarde a todos!

É com alegria que esta Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo nosso querido Deputado Penna, os recebe nesta tarde nesta Casa.

Como nós temos nove convidados, precisaremos ser concisos e que o tempo seja respeitado. Quando faltar 1 minuto para terminar o tempo, avisaremos o palestrante.

Vou passar a palavra aos cinco primeiros palestrantes. Encerradas as palestras do primeiro bloco, desfaz-se a Mesa e convidamos os outros quatro, que se encontram na primeira fileira de cadeiras do plenário.

Normalmente concedemos 15 minutos para cada um, mas, devido ao número de palestrantes, vamos diminuir para 10 minutos.

Concedo a palavra, pelo prazo de 10 minutos, à primeira palestrante, Sra. Mariana Meirelles, Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

A SRA. MARIANA MEIRELLES - Exmos. Srs. Deputados, quero agradecer por estar aqui para discutir assunto muito caro para o Ministério do Meio Ambiente, o uso indiscriminado de sacolas plásticas.

A primeira consideração que eu quero fazer é que a gente reconhece, no Ministério e no Governo, que o uso de sacolas plásticas afeta não só a questão ambiental, que nos é muito cara, como também as questões de geração de emprego e renda e de competitividade. Só que, do nosso ponto de vista do meio ambiente, é importante mudarmos o comportamento e fazer o uso consciente de sacolas plásticas. Por isso, fizemos, desde 2009, várias ações nesse sentido e acreditamos conseguir um caminho para esse processo.



Para começar, a gente não acredita que a sacola plástica em si seja um vilão, mas seu uso indiscriminado sim é um vilão, uma coisa negativa para o meio ambiente. A gente defende, como eu disse no início, o uso consciente da sacola plástica. Esse processo já é discutido fortemente no mundo desde 2007, quando houve o movimento l'm not a plastic bag. O assunto ficou internacionalizado e começamos uma grande campanha denominada "Saco é um saco", em 2009, com muito sucesso, desde quando tem tido uma redução. Até 2011, a gente reduziu cerca de 4 bilhões de sacolas plásticas.

Primeiro, começamos com a campanha. Depois, a própria sociedade, Estados e Governos começaram movimentos voluntários de banimento, que não é a nossa proposta. Em nenhum momento a gente discute o banimento do uso de sacolas plásticas. A gente acredita no uso racional e na redução do uso de sacolas plásticas, que é a nossa proposta. Para tanto, em 2011, assinamos um pacto com a ABRAS, muito importante no âmbito de produção e consumo sustentável, de reduzir em 30%, em 2013, e 40%, em 2015.

Só que, com o reconhecimento de que esse pacto por si só não resolve o problema, precisamos envolver vários segmentos da sociedade para discuti-lo, colocar o ponto de vista ambiental como os demais pontos de vista. Criamos um grupo de trabalho, que trabalhou 6 meses deste ano e concluiu o trabalho sem um consenso adequado, apesar de várias questões importantes terem sido discutidas. Depois eu vou falar um pouquinho sobre ele.

(Segue-se exibição de imagens.)

Campanha. Esta campanha foi muito relevante e considerada. Até hoje, cobram do Ministério do Meio Ambiente campanhas como esta. A gente acredita que é um dos caminhos importantes. A gente tem uma perspectiva no âmbito do pacto com a ABRAS de proceder a uma nova campanha no sentido de reduzir o uso de sacolas plásticas.

O Governo Federal tem feito algumas ações importantes na direção do que a gente espera ser importante para o desenvolvimento sustentável, considerando inclusive o aspecto da inclusão dos catadores. Eu acho que Tião está aqui para falar sobre isso.



Neste processo de nova gestão, quer dizer, uma gestão mais adequada do uso de resíduos, que envolve o uso de sacolas plásticas, eu acho que, no âmbito do Brasil sem Miséria, a Secretaria-Geral da Presidência tem um programa muito importante, o Projeto Cataforte, que trata da inclusão adequada dos catadores na cadeia produtiva da reciclagem.

Depois da discussão neste Congresso, durante 21 anos, a política nacional se tornou realidade em 2010, e hoje estamos num momento bastante crítico e complexo da implementação da política que envolve a questão das sacolas plásticas, que é a definição dos acordos setoriais, como, por exemplo, relacionado a embalagens, o acordo setorial de embalagens, que está em andamento. As propostas já estão sendo discutidas e a gente acredita que, até o final do ano, tenha uma definição desse acordo no âmbito da política.

A política tem uma sequência de medidas importantes para serem tratadas, que começa pela não geração de resíduos e termina pelo adequado descarte desses resíduos. Então, nesse contexto da política nacional de resíduos, a gente acredita que o uso racional tem que ser atingido no âmbito brasileiro.

As campanhas, que são de responsabilidade também do Ministério, e, por último, o GT Sacolas Plásticas, uma tentativa bastante relevante de se discutir a questão das sacolas plásticas com outros grupos, não só com o meio ambiente.

Esse foi um esforço coletivo que nós tivemos, e a indústria do plástico esteve presente, a ABRAS, a CNC, a CNI, a academia, enfim. Tivemos seis reuniões bastante difíceis. Embora não tenhamos chegado a um consenso definido, fizemos uma discussão importante sobre a questão do uso das sacolas.

O GT de Sacolas Plásticas tinha uma intenção claramente definida, a de apoiar a ABRAS na implementação do pacto que eu coloquei lá atrás. Os principais pontos que a gente discutiu, que a gente acredita que foram devidamente discutidos foram o fortalecimento das campanhas de conscientização, a apresentação de experiências existentes e a questão dos incentivos financeiros. Sobre os incentivos financeiros, a posição do Ministério do Meio Ambiente é bastante clara nesse sentido. A gente acha que seria muito importante para o Brasil valer-se desses incentivos para caminhar para um uso consciente de sacolas, começando pelo desconto e terminando com a cobrança do uso de sacolas. Essa é a posição clara



do Ministério. Aliás, foi nesse ponto que nós não tivemos, no âmbito do Grupo, um consenso. Até reconhecemos que esse consenso ficaria difícil em função dos vários interesses que estavam ali colocados, dos vários pontos de vista que estavam colocados, mas é importante que todos saibam qual é a posição do Meio Ambiente nesse sentido. Tratou-se também sobre a certificação das sacolas plásticas, a política nacional de resíduos, a precificação das sacolas no âmbito dos supermercados e a sua cobrança.

Bem, qual foi o posicionamento? O posicionamento do Ministério do Meio Ambiente é o ponto mais importante da minha apresentação, é a redução e o uso consciente do material, e tem o objetivo de incentivar a redução do consumo de sacolas plásticas, motivado pela compreensão do impacto acumulado do consumo excessivo e desperdícios desses itens.

Segundo o preceito do Meio Ambiente, não se estimulou a criação de leis que banissem ou mesmo substituíssem o material de sacolas plásticas. Não foi o posicionamento do Ministério, entendendo que essas ações não aumentariam a consciência do consumidor acerca de sua responsabilidade com o meio ambiente e a nossa qualidade de vida.

Então, aqui eu coloco a posição do Ministério, que é também a da Ministra, para provocar a discussão, que é essa redução do uso de sacolas, que vai ser muito importante na direção da produção sustentável, na direção do consumo sustentável e na direção do desenvolvimento sustentável.

Aí uma provocação — acho até que os próximos palestrantes vão tratar melhor dessa questão do que eu: também acreditamos que mudança de tecnologia não resolve o problema, que é a não geração. A gente acredita que, embora haja vários materiais ainda em discussão, não é mudando o material que a gente desincentiva o uso de sacolas. A sacola plástica tem impacto associado, que é a impermeabilização de aterros, mortes de animais marinhos. Discutiu-se hoje a questão do lixo marinho. A sacola plástica é um vilão no lixo marinho, sim. Isto a gente pode dizer.

Quanto à questão do óxido biodegradável, sabe-se que o impacto ambiental dessa tecnologia é ainda muito grave, porque não some no meio ambiente. Ele se reparte, mas, no aterro, ele tem o mesmo comportamento que a sacola



convencional. O saco de papel também tem um alto consumo de água, que traz também um impacto. E, no caso da compostável, se não houver uma adequada atuação em termos de compostagem, não há uma mudança relativa a impacto.

Aí são as soluções possíveis. A gente acredita que uma legislação adequada, campanhas de conscientização, alternativas para o lixo, incentivos financeiros, alternativas para compras, educação ambiental, principalmente coleta seletiva, podem levar a um bom caminho.

Aqui é um exemplo do que a gente conseguiu a partir das campanhas. O consumidor mudou, sim, e vem adotando práticas criativas e alternativas no sentido do consumo.

Acho que terminou o meu prazo. Vou ficar aqui até o final do debate. Estou aberta para todas as perguntas.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui nesta discussão.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Agradecemos à Mariana Meirelles e a parabenizamos.

Convidamos para palestrar o Sr. Wanderley Coelho Baptista, Especialista em Políticas de Indústria da Gerência-Executiva de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria — CNI, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA - Boa tarde a todos! Boa tarde, Srs. Deputados, demais presentes!

Em nome do Dr. Robson Braga de Andrade, trazemos aqui o agradecimento à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados pelo convite para falar sobre um tema que é bastante relevante do ponto de vista ambiental e também do ponto de vista da indústria.

A minha apresentação vai se resumir em apenas um eslaide. Acho que eu consigo cumprir os 10 minutos do prazo que tenho.

(Segue-se exibição de imagens.)

Na verdade, o que nós achamos? Nós defendemos que o Brasil tenha uma norma, uma lei nacional que trate do tema sacola plástica. Nós elencamos alguns pontos que queremos trazer aqui, nesta audiência, para justificar o motivo pelo qual apoiamos uma lei sobre o tema.



O primeiro ponto é a profusão de normas sobre essa questão que nós temos no Brasil, em âmbito estadual, em âmbito municipal, o que traz um transtorno enorme para as empresas que comercializam esse produto em escala nacional e causa insegurança jurídica. E para nós termos uma normativa nacional, daria base para toda uma discussão do que deve ser feito em termos de sacolas plásticas. O segundo ponto, que eu acho que merece destaque, é que as sacolas devem atender a normas técnicas de qualidade e segurança.

O trabalho feito pela Plastivida, que poderá ser comentado aqui pelo meu colega Miguel, mostra que, feitas com critério, com educação, as sacolas de qualidade reduzem, inibem o uso excessivo das sacolas plásticas. Elas permitem transportar produtos de maneira adequada, sem risco de rompimento, de danificação do produto. Temos normas técnicas no Brasil que já preveem isso. Portanto, qualquer normativa nacional, sem entrar no detalhe técnico — é importante dizer isso, acho que a lei não deve entrar no detalhe técnico — deve dizer que as sacolas plásticas devem ser fabricadas atendendo às normas, porque elas contribuem, sim, para a redução do uso das sacolas.

O terceiro ponto importante que nós defendemos na legislação nacional é em termos de flexibilidade para uso de materiais plásticos de diversas fontes para fabricação de sacolas plásticas. Não basta eu privilegiar um em detrimento do outro. Acho que a lei nesse aspecto não pode fazer distinção, embora achemos que a sacola feita de materiais derivados de fontes renováveis ou biodegradáveis devem ser incentivadas. Então, acho que cabe aí um incentivo, é importante para essa questão. O Brasil já detém tecnologia para fabricação de materiais plásticos derivados de fontes renováveis.

Quanto à questão das matérias-primas biodegradáveis, defendemos aqui que elas sejam incentivadas, não só o polímero e o plástico, mas também os aditivos. Não cabe apenas uma parte da sacola, mas ela toda. Chamo a atenção para o fato de que sacolas biodegradáveis não são recicláveis; elas são compostáveis. Essa questão merece atenção.

Por último, quase finalizando minha apresentação rápida, porque, na verdade, os aspectos específicos serão falados pelos setores da indústria, tanto a ABIEF quanto a Plastivida, achamos que há responsabilidade compartilhada dos diversos



elos da cadeia da produção e também do consumo na questão da educação ambiental dos consumidores para o uso de sacolas plásticas. A obrigação da educação ambiental é de todos, não é só do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Educação, não é da indústria, não é do varejo, mas de todos nós. Sem isso a gente dificilmente vai conseguir trabalhar para a redução, para o uso consciente, principalmente para combater o descarte inadequado, que causa tantos problemas, como foi citada aqui a questão da poluição dos recursos marinhos.

Minha apresentação se resume a isso. Passei rapidamente os pontos que eu acho importante que uma legislação tem que ter, tomando cuidado para não entrar em muitos detalhes, porque a gente acha que a lei tem que perdurar por muito tempo, e a tecnologia evoluiu muito. Então, detalhes técnicos têm que ser remetidos a normas e detalhes de regulamentação de incentivos financeiros ou tributários, têm que ser remetidos a uma regulamentação específica, para que isso possa ser revisado.

Minha apresentação se resume a isso.

Eu agradeço e desejo uma boa-tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Agradecemos ao Sr. Wanderley Coelho Baptista pela sua exposição e pela sua economia de tempo. Avisamos à Cristiane Soares, da Confederação Nacional do Comércio, que ela acaba de ganhar 5 minutos aqui, em decorrência da economia do Wanderley.

Concedemos a palavra agora à nossa próxima convidada, Sra. Camila Valverde, do Comitê de Sustentabilidade da Associação Brasileira de Supermercados — ABRAS.

Camila, o seu tempo regimental é de 10 minutos.

A SRA. CAMILA VALVERDE - Boa tarde a todos e a todas!

Gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, Exmo. Sr. Deputado Paulo César e, por meio da pessoa dele, cumprimento os demais Parlamentares presentes a esta Mesa. Cumprimento ainda a Mariana, Secretária Nacional de Articulação Institucional e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente, e, em nome dela, cumprimento os demais palestrantes desta audiência.

Eu vou iniciar a apresentação dando um contexto do setor varejista e da participação do nosso setor no País. O setor de supermercado, hoje, responde por



mais de 80% do abastecimento de alimentos e bebidas no Brasil e está presente em todos os Estados. A nossa participação no mercado tem crescido nos últimos anos. Em 2012, o setor faturou 242 bilhões, o que representa uma participação no PIB nacional de 5,5%. E há que se destacar a importância do varejo no controle da inflação no País.

A capilaridade do nosso setor é grande. São mais de 83 mil lojas no País. Trata-se de um setor com alta geração de emprego e renda. São cerca de 1 milhão de funcionários diretos. E o nosso foco é o consumidor. Essa é a razão de o varejo existir. Servir e atender bem: essa é a premissa básica do negócio do varejo. Todos os dias, cerca de 25 milhões de pessoas entram nas nossas lojas. Procuramos entender melhor o comportamento do nosso cliente, sem deixar de lado as tendências e o cenário no qual todos nós vivemos. O tema de sacolas plásticas faz parte desse contexto e do dia a dia do consumidor.

O setor supermercadista brasileiro, por meio da Associação Brasileira de Supermercados — ABRAS, que eu tenho o orgulho de representar aqui, desde 2007, é chamado pelo Governo Federal para cooperar efetivamente com a redução da distribuição de sacolas plásticas no País, visando diminuir o dano socioambiental causado pela distribuição indiscriminada, tema desta audiência.

O Ministério do Meio Ambiente traz, através de duas pesquisas, dados importantes em relação ao consumidor, que eu apresento resumidamente para vocês. A pesquisa chamada “O que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente e do Consumo Sustentável”, realizada no ano passado, mostrou que 85% da população têm interesse em aderir a uma campanha pela redução do consumo de sacolas plásticas.

Em 2010, em outra pesquisa, chamada “Sustentabilidade Aqui e Agora”, também liderada pelo Ministério do Meio Ambiente, os clientes, ao serem perguntados sobre quais ações os supermercados poderiam fazer a favor do meio ambiente, responderam, em primeiro lugar, com 27%, que seria não usar mais sacolas plásticas, e ainda que, se existisse uma lei que proibisse a distribuição de sacolas, 60% seriam a favor.

Com essa demanda dos consumidores e para atender à demanda direta do poder público, seja do Ministério Público ou do próprio Ministério do Meio Ambiente,



o varejo vem desenvolvendo várias ações, ao longo dos anos, para combater o uso indiscriminado de sacolas plásticas. E aí eu coloco três delas: a introdução de sacolas reutilizáveis, a realização de campanhas educativas e testes com sacolas de maior gramatura.

O Exmo. Deputado Penna não está presente à Mesa, mas comentou a importância de termos produtos com embalagens mais sustentáveis e recicláveis. O varejo tem atuado nessa iniciativa e influenciado a cadeia de suprimentos a desenvolver produtos com maior índice de reciclabilidade das suas embalagens. E o varejo também tem disponibilizado centenas de postos de entrega voluntária. Isso faz parte dos acordos setoriais da Política Nacional de Resíduos Sólidos e de logística reversa, para receber embalagens nas nossas lojas. Então, o varejo já está ativamente participando do tema de sustentabilidade, além de construir lojas mais sustentáveis. Mas eu vou focar esses três aspectos que estão pontuados no *slide*.

O primeiro deles diz respeito às sacolas reutilizáveis. Há vários tipos de sacolas retornáveis oferecidas aos clientes, com diferentes tipos de materiais, tamanhos e preços, em diversas redes de supermercados no País, dando ao consumidor consciente uma alternativa sustentável para ele carregar as compras, além, obviamente, da sacolinha plástica.

Os supermercadistas também têm desenvolvido, individualmente, campanhas de conscientização do nosso consumidor em relação ao uso de sacolas plásticas, seja a campanha física, nas lojas, ou através de mídias sociais, e outras campanhas desenvolvidas em parceria com o próprio Ministério do Meio Ambiente, como foi citado pela Secretária Mariana, como é o caso de *O saco é um saco*.

A ABRAS sempre esteve presente, eu gostaria de deixar isso bem claro, e sempre esteve aberta ao diálogo com toda a sociedade. Aqui tem uma foto inclusive do seminário realizado pela ABRAS, junto com o Ministério do Meio Ambiente, em 2011, para discutir o tema de sacolas plásticas. Isso, além de todo o trabalho do GT Sacolas Plásticas mencionado pela Secretária.

E a outra iniciativa também realizada e que eu gostaria de comentar é a do teste de sacola com gramatura maior. Essa foi uma iniciativa testada sem sucesso. O aumento da gramatura de sacolas plásticas, em alguns casos, quando associado à campanha de conscientização, até percebemos uma diminuição da quantidade de



sacolas plásticas distribuídas. Porém, o volume de plástico colocado no mercado aumenta em toneladas. É o que acontece no Rio Grande do Sul hoje, por meio de uma legislação estadual que obriga os supermercados a comprarem sacolas plásticas da indústria por um preço maior, porque a gramatura é maior. Mas isso não se mostrou efetivo na redução da tonelagem de plástico colocada no meio ambiente.

Em 2010, a ABRAS assumiu um compromisso público, citado também pela Secretária, através de um pacto setorial com o Ministério do Meio Ambiente, comprometendo-se a reduzir 40% do consumo de sacolas até 2015. Essa tabela mostra claramente que, com o aumento da gramatura do plástico, aumentando a micragem de cada sacola, nós teríamos que aumentar a meta para 46%. Isso para conseguir reduzir a mesma tonelagem de plástico colocada no mercado. Isso se a gramatura do plástico fosse maior, o que está claro para nós que não é uma solução viável.

E aqui são os resultados desse compromisso que nós já tivemos com o Ministério do Meio Ambiente, cuja preocupação trazemos para esta Mesa debater. No primeiro ano, conseguimos uma redução de 6,4%; em 2012, tivemos um aumento. E essa é uma tendência de aumento. Também percebemos que é claro que o tema de sacolas plásticas está intimamente ligado à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Um dos objetivos, no inciso II, pela hierarquia: o primeiro deles é a não geração; segundo, a redução e, depois, a reutilização. A sacolinha plástica é uma embalagem para transportar os produtos dos pontos de venda até a casa do consumidor. Por isso, ela deve ser considerada no âmbito da Política Nacional.

E para terminar o meu tempo — eu acho que vou conseguir, estou aqui olhando para o cronômetro —, para concluir a apresentação da Associação Brasileira de Supermercados, nós estamos aqui para debater o uso indiscriminado de sacolas plásticas no País. A ABRAS entende que, em um mercado competitivo como o nosso, medidas referentes a esse tema, como, obrigar a distribuição massiva de sacolas plásticas, impor uma determinada tecnologia ou a especificidade, representam um retrocesso enorme no processo de conscientização do consumidor e prejudicam as metas estipuladas pelo próprio Governo para a redução do consumo de sacolas. Então, o varejo não pode ser obrigado a distribuir um produto gratuitamente.



Nossa sugestão e recomendação seria a criação de um instrumento legal que fosse efetivo na redução da distribuição indiscriminada de sacolas plásticas, tema dessa audiência. Lembramos que essa causa não é apenas dos supermercadistas e nem só do varejo, é de toda a sociedade brasileira. Acreditamos que uma ação como essa beneficiará não só os consumidores, mas todos nós, cidadãos do País.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Sobrou mais 1 minuto. Agradecemos e parabenizamos a Camila Valverde pela sua apresentação.

Passamos imediatamente a palavra ao nosso próximo palestrante, Alfredo Schmitt, Diretor Adjunto da Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis — ABIEF.

O SR. ALFREDO SCHMITT - Muito boa tarde a todos!

Eu queria cumprimentar o Deputado Paulo César, a Secretária Mariana Meirelles, e, dessa forma, cumprimentar todos os presentes.

Eu não vou fazer uma apresentação, vou, na verdade, trocar algumas ideias com os senhores e apontar algumas discordâncias que eu tenho em algumas coisas que foram aqui apresentadas. Eu gostaria de começar dizendo o seguinte: tem muita gente que diz “*Que planeta nós vamos deixar para os nossos filhos?*” A minha visão é ao contrário: que filhos nós vamos deixar para o planeta? Ou seja, se nós não dermos educação, nós não vamos ter condições de ter planeta bom para ninguém.

Então, a base de tudo, na minha visão, na minha ótica, é a educação. E isso está perfeitamente conectado com a política que a ABIEF, que o setor plástico brasileiro, que a Plastivida desenvolvem seja para o tema de sacola, seja para qualquer outro tema, que é o consumo consciente. Então, a base, senhores, a base de tudo é a educação. Qualquer outra coisa que a gente for discutir torna-se quase que uma rota de fuga, procurando outros caminhos que não sejam basicamente a questão da educação. E eu não sou brizolista — o Brizola tinha a ideia fixa em educação —, eu não sou brizolista, mas eu tenho plena consciência disto, de que nós só vamos evoluir como sociedade a partir do momento em que nós tivermos educação.

Eu gostaria de começar dizendo para os senhores o seguinte: muito se fala sobre sacola plástica, sobre sacolas plásticas, não estou falando de embalagens,



mas as sacolas plásticas representam 0,2% do resíduo sólido urbano, 0,2% do resíduo sólido urbano. Portanto, elas não podem ser consideradas nem vilãs nem entes responsáveis pelo que se vê em termos de questões ambientais e demandas ambientais. Esse é o meu ponto de vista, e nós estamos baseados em números efetivos e verdadeiros.

Sobre a questão de alternativas apresentadas, eu gostaria de dizer o seguinte: na realidade, aditivos oxibio — na verdade, fala-se oxibiodegradável —, oxibiodegradável é uma coisa que não existe, ou é oxidegradável ou é biodegradável. Oxibio não existe. É importante dizer para os senhores isso. Eu acho que não existem dados suficientes que permitam a qualquer um de nós presentes, a qualquer pessoa da academia fazer alguma afirmação concreta de que é uma boa alternativa ou não. Seja qual for o aditivo, vamos dizer que ele seja o melhor possível, que promova uma degradação polimérica — polímeros é minha especialidade —, eu pergunto aos senhores: e o pigmento branco que está ali, que é um pigmento inorgânico, como é que ele fica no resíduo disso? E as tintas que vão impressas na marca do supermercado, que é uma propaganda, que estão ali, como é que ficam? Onde é que vão parar no meio ambiente?

Essa é uma reflexão que eu acho importante que as pessoas façam, para terem uma ideia clara do que, na verdade, isso implica. E, na medida em que se coloque algum aditivo que, vamos dizer, entre aspas, “promova uma degradação” — eu não vou dizer que ocorre, não ocorre, eu acho que o conhecimento não é suficiente para afirmar —, como é que fica a questão do produto reciclado? Ou seja, eu entrego, eu misturo um produto sujeito à degradação, digamos assim, e ele é misturado com o que não é sujeito à degradação, como é que fica o produto que vai ser reciclado? Nós, o setor, defendemos com muita veemência a questão da reciclagem, o consumo consciente e a reciclagem. Isso é fundamental. É fundamental que quem trabalha com reciclagem tenha condições de ter um produto adequado em termos de reciclagem.

Eu gostaria de falar também sobre outros produtos que sejam biodegradáveis. Isso, teoricamente, é realmente muito importante, faz parte do estudo, faz parte do desafio futuro. Entretanto, é importantíssimo que os senhores todos saibam que produtos biodegradáveis, resinas biodegradáveis, têm uma peculiaridade: hoje,



praticamente uma empresa, na Alemanha, fabrica 84 mil toneladas por ano de resina biodegradável. Ao Brasil é destinado alguma coisa como 1.200 toneladas por ano, ou seja, cerca de 100 toneladas por mês. Cem toneladas por mês é o consumo de 2 dias no Estado de São Paulo.

Então, quando se fala em alternativa — *Vamos fazer com resina biodegradável* —, senhores, hoje em dia isso não existe, isso é sonho, não existe. Então, o que a gente tem que procurar efetivamente é o consumo consciente. É muito importante que os senhores saibam, que os senhores tenham a clareza do que ocorre, sem contar que o preço é algo assim... A resina é importada, é caríssima, e não existe disponibilidade.

Quanto às pesquisas referidas pela colega, na verdade, eu apresento algumas discordâncias com o que foi dito. Primeiro, porque, no ano passado, em 2012, no começo de 2012, quando a Cidade de São Paulo resolveu promover um banimento compulsório de sacolas, quando aquilo aconteceu, havia um aplauso da população, por volta de 50% era a favor. Passados 3 meses, quando não havia mais sacola em lugar nenhum, nós, nosso setor, fizemos uma pesquisa com o Datafolha e apresentamos uma audiência pública na OAB, e se inverteu: 68% da população de São Paulo queria de volta a sacola. Por quê? Porque a referência, que é verdadeira, é que todo o mundo quer uma alternativa melhor, desde que essa alternativa não cause ônus no bolso do consumidor.

Senhores, francamente, qualquer análise de ciclo de vida mostra que não existe uma alternativa melhor. Além disso, quanto às alternativas apresentadas, como as sacolas retornáveis, talvez os senhores não saibam, mas uma boa parte delas é importada da China e do Vietnã, feitas com trabalho escravo, coisa que não se fala, embora seja importante que os senhores saibam disso. Sem contar também que, no caso específico das sacolas, estudos, primeiramente que nós trouxemos dos Estados Unidos e posteriormente refeitos no Brasil, mostraram claramente o que todo o mundo da área técnica sabe, mas a grande massa não sabe: que essas sacolas — põe o produto, põe carne, tira carne, coloca verdura, hortaliças — têm que ser lavadas no mínimo de 3 em 3 dias, porque acumulam coliformes fecais ali dentro, e são, segundo a Universidade da Califórnia, fonte importante de doenças, como doenças intestinais e de outras naturezas. Isso consta nos estudos feitos nos



Estados Unidos, que nós reproduzimos no Brasil. É muito importante que os senhores saibam disso.

Além do mais, para serem higienizadas — eu tenho 2 minutos e 30 ainda —, elas têm que ser lavadas de 3 em 3 dias, no máximo. Isso significa colocar água, que é a segunda crise que nós vamos ter nesse século, a de água potável, e jogá-la fora com detergente. Ninguém fala disso.

Eu pergunto: as Secretarias de Saúde dos Estados e dos Municípios foram consultadas sobre isso? Alguém comentou alguma coisa sobre isso? Acho que não. Vocês, que são de outros Estados, de Brasília, enfim, do Brasil inteiro, ouviram falar alguma coisa a respeito disso? Acho que não.

Então, é importante que os senhores saibam também que existe um lado, que é um lado importante, que a gente tem que ter a consciência ambiental, o consumo consciente, mas existe outro lado que a gente tem que avaliar. Sem contar aquelas alternativas, como as caixas de papelão, etc., em que a população, não vou dizer o número correto, mas é uma população enorme que vai ao supermercado, que trabalha, que leva compras de ônibus e vai entrar com uma caixa de papelão no ônibus para carregar suas compras? Pelo amor de Deus! Vamos ter posições bem pragmáticas em relação a esse tipo de coisa.

É importante que a gente tenha a clareza de que educação é fundamental, que a gente tenha a clareza de que consumo consciente é fundamental e que a gente saiba que a sociedade como um todo, no momento, rejeita qualquer coisa que signifique ônus no próprio bolso. E mais interessante ainda: quando a gente vê certas coisas assim, querendo importar ideias de fora, por motivos diversos... Viajo muito ao exterior, vou aos Estados Unidos e vejo as grandes redes de supermercado entregando de graça — na Inglaterra, na Alemanha —, tudo com *dispenser*. A pessoa vai lá e retira, à vontade, quantas sacolas quiser.

Senhores, o importante é ter a ideia de que existe outro lado do que se fala. A gente tem consciência de que o consumo consciente é fundamental, e que é muito importante a gente ter clareza que reciclagem, seja para o que for neste País, é fundamental, é muito importante.

Parabéns pelo seu trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Parabenizamos e agradecemos ao Sr. Alfredo Schmitt, da Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis. Nós o parabenizamos por sua apresentação.

Passamos ao nosso próximo palestrante, Sr. Miguel Bahiense Neto, Presidente da Plastivida Instituto Socioambiental dos Plásticos, torcedor do Bahia Esporte Clube. É isso?

O SR. MIGUEL BAHIENSE NETO - Esporte Clube Bahia, rouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Esporte Clube Bahia. Vamos lá, Miguel, 10 minutos.

O SR. MIGUEL BAHIENSE NETO - Rouco com o gol aos 45 do segundo tempo no Mineirão.

Obrigado a todos. É um prazer estar de volta aqui para discutir esse tema. Eu queria trazer um pouco da visão da Plastivida sobre o assunto.

(Segue-se exibição de imagens.)

É nisso que a Plastivida se posiciona e acredita: sustentabilidade se faz com meio ambiente, com sociedade, com inclusão social, com respeito a essa sociedade, e com aspecto econômico. É com base nesses três pilares que eu vou fazer minha apresentação, na sequência.

Meio ambiente. Como o Alfredo bem colocou, a gente tem se baseado em três estudos. Um, sobre microbiologia, que fala sobre a contaminação das alternativas apresentadas, ou seja, das sacolas retornáveis. Há necessidade de serem lavadas para se ter um uso tranquilo e seguro, senão você tem contaminação, como comprovado pelo estudo. A própria caixa de papelão, que sempre foi apresentada como alternativa, mas, no fundo, termina sendo contaminada, porque não é adequada para esse tipo de uso. E a sacola plástica termina tendo melhor desempenho, do ponto de vista sanitário do uso, de sua segurança sanitária. Também há um estudo britânico que mostra que, dentre diversas alternativas de sacolas utilizadas, as sacolas plásticas tiveram melhor desempenho ambiental, da fabricação ao descarte, todas elas, em oito de nove categorias, destacando-se menor emissão de CO₂ e menor consumo de matérias-primas.



Também há um estudo realizado aqui no Brasil que mostra que, na verdade, a ecoeficiência das alternativas para transporte de compras está associada ao comportamento do consumidor. Quanto mais ele vai ao supermercado e mais itens ele compra, há um deslocamento dessa ecoeficiência para as sacolas retornáveis, embora o estudo não considere a questão sanitária nesse tratamento, no consumo de água para lavar, etc. Quanto menos o consumidor for ao supermercado e menos itens comprar, que é um padrão que mais se assemelha ao da maioria da população brasileira, as sacolas plásticas, de fato, têm melhor desempenho ambiental, melhor ecoeficiência. Então, de fato, concordo com a Mariana, quando ela fala que há um mosaico de soluções. Existe adequação das sacolas retornáveis, e também existe a melhor ecoeficiência para as sacolas plásticas, desde que a gente se baseie não só no consumo das retornáveis ou em outras alternativas, mas também nas sacolas plásticas comuns, e que a gente consuma conscientemente.

Aqui estão os dados, as informações de que já falei sobre o estudo inglês. Dado o tempo, eu vou passar.

Do ponto de vista do pilar ambiental, a Plastivida entende que existem estudos que mostram que as sacolas plásticas têm um bom desempenho ambiental, sim, e devem continuar sendo utilizadas, porém, como o Alfredo bem colocou, sempre com educação ambiental, sempre com conscientização. Sem isso, a gente não vai para frente, seja qual for o produto. Não só sacolas plásticas, mas seja qual for.

O ponto dois é relacionado à questão da sociedade. Aqui a gente tem dois pilares. O primeiro deles é o respeito à norma técnica. Não acho correto pregar, como infelizmente a ABRAS fez, a continuidade da utilização de sacolas fora das normas. Isso é um desrespeito à sociedade, um desrespeito ao cidadão. A gente precisa de normas técnicas, a gente precisa fabricar produtos de qualidade, não só sacolas, mas qualquer outro. Então, além da educação pelo consumo consciente — a Plastivida atua junto com a ABIEF e o setor —, a gente também tem um programa de qualidade e consumo responsável, que obriga o setor a fabricar sacolas dentro de normas. A partir daqui a gente trabalha a educação: redução, reutilização e reciclagem. Esse trabalho se mostrou bem sucedido, ou seja, sacolas mais resistentes reduzem o consumo, sim, ao contrário do que foi colocado



anteriormente. Nossa meta era chegar a 2012 com 30% menos sacolas no mercado — base 2007. Atingimos esse objetivo, porque a informação chegava ao consumidor, através do caixa e do empacotador, em que a gente dizia — diz ainda, o programa não se encerrou —, por meio de um selo de qualidade, que aquela sacola feita dentro de normas técnicas resiste a mais peso. Se resiste a mais peso, o consumidor pode utilizar menos sacolas plásticas, porque tem resistência. Você não precisa por uma dentro da outra ou subutilizar sua capacidade volumétrica para transportar suas compras. Com este programa, a gente finalizou o ano de 2012 com menos 32,4% de sacolas plásticas. Claro que aqui, além do programa de qualidade, estão outras iniciativas executadas no País que não necessariamente têm a ver com a própria qualidade da sacola. Mas todas elas baseadas em campanhas de educação, nunca na cobrança ou na proibição do produto. Então, a gente cumpriu a meta através dessa ação.

Há a questão colocada pelo Alfredo — já vou passar por esse eslaide —, a sanitária, do uso da sacola plástica, ou melhor, do reuso das sacolas plásticas para descarte de lixo.

Um exemplo interessante é o programa feito pela Associação Gaúcha de Supermercados — AGAS, no Rio Grande do Sul. De fato tem uma lei que obriga a disponibilização de sacolas dentro das normas, com respeito ao consumidor, como falei. A gente precisa fazer sacola de acordo com as normas por respeito a quem a consome. Lá, a campanha é bem diferente. A campanha se chama Sacola bem utilizada faz bem ao meio ambiente, e é baseada em educação, qualidade e, portanto, respeito ao consumidor. Segundo o próprio Presidente da AGAS, em 6 meses de campanha a redução foi de 19%. Então é significativo e funciona. Educação sempre vai funcionar. A médio e a longo prazos não existe melhor alternativa. Se você quiser tomar outra alternativa, a curto prazo, ela não vai ser perene, porque em algum momento ela vai voltar.

A novidade dessa apresentação é o estudo que a Plastivida encomendou junto à FIPE, que fala sobre o impacto no custo de vida decorrente de uma eventual proibição de sacolas plásticas. Esse é um estudo que a gente entregou ao Ministério do Meio Ambiente na última reunião do GT. Eu me sinto completamente confortável, até porque buscamos o MMA para discutir o tema, mostramos a eles, e trazemos a



público pela primeira vez nesta audiência. O objetivo era avaliar, em um possível cenário de banimento de sacolas plásticas, o que aconteceria com o aumento da demanda no bolso do consumidor com a compra de sacolas retornáveis e de sacolas biodegradáveis, e também com a compra de sacos de lixo. Compondo a necessidade de aumento da demanda desses três produtos, como isso impactaria o bolso do consumidor. Então, a gente entrevistou não só residências, mas apartamentos, porque os comportamentos são diferentes. Na residência, as pessoas estão mais próximas de colocar o lixo na sacolinha para descartar, para a coleta. Nos apartamentos, embora esse tipo de coleta aconteça dentro do apartamento, os condomínios têm que comprar sacos de lixo para agregar tudo e colocar na calçada para coleta. Esta entrevista foi feita em São Paulo, no período de julho e agosto de 2013. A FIPE avaliou o uso primário, no transporte das compras do supermercado para casa, o uso intermediário, que é o recolhimento de lixo de cozinha, de banheiro, etc, e o uso final, que é colocar, de fato, o lixo dentro das sacolinhas para coleta de lixo. Então, as conclusões principais desse estudo de custo mensal por família para compra desses três tipos de embalagem — claro que o maior componente é do saco de lixo, que é o produto mais caro que aqui se encontra —, no cenário atual, na época da pesquisa em São Paulo, são que o gasto por família é de 4,29 reais por mês na compra desses três tipos de produto, com a distribuição das sacolas plásticas. E o cenário avaliado pelo estudo é: em caso de banimento, para quanto iria esse custo? Esse custo saiu de 4,29 para 10,56, uma variação no bolso do consumidor de 146%, e a gente entende que é o pilar do aspecto econômico no desenvolvimento sustentável. Não adianta a gente ser verde e ter problemas sociais ou econômicos, não adianta a gente ser barato e ter problemas ambientais e sociais, e não adianta solucionar as questões sociais, e esses dois pilares não estarem caminhando juntos.

Quando se fala em sustentabilidade, quando se fala em meio ambiente, em sociedade e em economia. E aqui uma comparação interessante, realizada pela própria FIPE, que é a participação do gasto com sacos de lixo, sacola retornável e sacolas biodegradáveis no orçamento das famílias. No cenário sem o banimento, com a distribuição atual das sacolas plásticas, quando o gasto era de 4,29, a gente tem um impacto no orçamento de 0,13% aproximadamente. Mas, num cenário em



que haja o banimento das sacolas, com essa elevação de 146% no custo desses produtos, o impacto no orçamento passa a ser de 0,328%. E a FIPE fez uma comparação. Olhando o índice de participação de alguns itens no orçamento das famílias, a gente observa que esse impacto de 0,328% da compra dessas embalagens, num cenário de banimento de sacolas plásticas, se assemelha à representatividade do feijão dentro desse mesmo orçamento, que é de 0,393%. Se a gente olhar diversos itens, como ovos, sabonete, batata, tomate, macarrão, a gente percebe que as sacolas plásticas vão custar mais do que esses itens, que são muito mais essenciais dentro da compra de uma família. Então, a gente entende que existe um aspecto que a gente sempre discutiu, que era o impacto no bolso do consumidor. A gente sempre ouviu: *“Olha, mas não é assim”*. O próprio Presidente da AGAS afirmou que se banissem as sacolas no Rio Grande do Sul, ao invés de termos a lei, isso custaria 15 reais a mais por mês no bolso de cada família. E a gente terminou comprovando com o estudo da FIPE, que de fato há um aspecto muito importante a ser considerado dentro de todo esse debate, que é o impacto no bolso do consumidor perante uma decisão de banimento, seja através de cobrança de sacolas plásticas. Isso vai custar muito caro ao consumidor.

Era isso o que eu tinha para mostrar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Agradecemos e parabenizamos o Sr. Miguel Bahiense Neto, Presidente da Plastivida Instituto Socioambiental dos Plásticos, por sua exposição.

Espero que os presentes tenham anotado as dúvidas, questionamentos e sugestões para, ao final da segunda rodada, nós estarmos debatendo sobre importante tema.

Então, eu peço agora aos nossos convidados que nós possamos desfazer esta Mesa, para darmos início à segunda rodada dos nossos convidados.

Nós chamaríamos aqui o nosso querido amigo, Deputado Ricardo Tripoli, também autor deste requerimento de audiência pública, nosso nobre representante do Estado de São Paulo, árduo defensor dos direitos dos animais, principalmente da utilização de animais em testes de laboratório. Então, além de ambientalista, logicamente em defesa dos nossos animais, Ricardo Tripoli, do PSDB de São Paulo,



é um Deputado superatuante. S.Exa. dará início à nossa segunda rodada desta audiência pública sobre o uso indiscriminado de sacolas plásticas no País.

Passo agora a Presidência dos trabalhos ao querido amigo, Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Boa tarde a todos!

Eu queria agradecer ao Presidente Penna a gentileza em passar a Presidência ao Deputado Dr. Paulo César e a mim, para que pudéssemos dirigir os trabalhos no dia de hoje.

O Deputado Dr. Paulo César representa o Estado do Rio de Janeiro, expoente médico daquela região, tem se dedicado, na Comissão de Meio Ambiente, às causas que por lá passam. Inclusive somos Relatores de dois projetos muito semelhantes, que dizem respeito à questão do uso de sacolas plásticas — ele mais na área tributária e econômica, eu mais na área ambiental — mas ambos temos a mesma função de relatarmos o projeto. Entendemos, em função da demanda e das várias procuras que fizeram, tanto a mim como ao Deputado Dr. Paulo César, de patrocinar e solicitar à Comissão de Meio Ambiente que pudéssemos ter esta audiência pública e ouvirmos os vários segmentos da sociedade, para que depois nós pudéssemos, obviamente, relatar os projetos que estão para serem relatados e deliberados pela Comissão de Meio Ambiente.

Enfim, eu queria cumprimentar a todos que aqui já passaram, a todos que já tiveram suas participações, e convidar para a formação da nova Mesa a Sra. Eloísa Garcia, Gerente do Grupo de Embalagens Plásticas e Meio Ambiente do Centro de Tecnologia de Embalagem — CETEA; meu amigo Tamas Istvan Vero, Diretor da TIV Plásticos Ltda.; Antonio Andrade de Paula, Consultor, Professor de Embalagens, Polímeros e Processos Industriais da TAPPI, dos Estados Unidos; Sebastião Carlos dos Santos, Presidente da Associação dos Catadores do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho, no Estado do Rio de Janeiro; Cristiane Soares, da Confederação Nacional do Comércio, que havia pedido para participar. Em seguida ela terá também a sua participação.

Lembro a todos os senhores que esta sessão interage com os internautas. Temos ainda a possibilidade de a sessão, depois de gravada pela *TV Câmara*, ser exibida por outras estações de televisão, cedida pela *TV Câmara*, o que certamente



vai ajudar bastante na elucidação desse grande drama, que é exatamente a questão das sacolas plásticas.

Lembro também que, amanhã, a Frente Parlamentar Ambientalista terá a sua reunião às 8h30min da manhã, no Plenário 2, e o tema será planejamento de resíduos sólidos. É um tema extremamente importante e obviamente faço e transfiro o convite do Presidente efetivo da Comissão de Meio Ambiente.

Sandra Cristina já está aqui conosco? *(Pausa.)* Não? Senta conosco aqui, por favor.

Para poder iniciar nosso trabalho, eu vou me permitir, se o Deputado Dr. Paulo César assim concordar, dar uma lida na justificativa da nossa solicitação de audiência pública, para que fique claro obviamente para alguns daqueles que vão participar terem um norte do que justificou a solicitação que nós havíamos feito para esta reunião de audiência pública.

“A preocupação com o aumento do consumo e com o descarte inadequado de sacolas plásticas no Brasil já motivou a edição de pelo menos 20 projetos de lei na Câmara Federal. O mais antigo deles é o Projeto de Lei nº 612, de 2007, de autoria do nobre Deputado Flávio Bezerra, que tramita com um grande número de matérias apensadas e pretende obrigar todos os estabelecimentos comerciais do País a substituírem as sacolas plásticas convencionais por sacolas plásticas oxibiodegradáveis.”

Os Relatores desta importante matéria na Comissão são, na verdade, dois Deputados: o Deputado Dr. Paulo César e o Deputado Ricardo Tripoli, esse que vos fala.

“As propostas apensadas sugerem ainda outras medidas, como a proibição do comércio de alguns tipos de sacolas plásticas, taxaço, multa e incentivo ao consumidor que optar por meios alternativos, tais como o uso de sacolas retornáveis (ecobags) ou carrinhos de feira.”



Com certeza, quem for da minha idade, ou um pouco mais, vai se lembrar muito bem que antigamente nós fazíamos compra com carrinho de feira. Muitos aqui carregaram o carrinho de feira da mão, da avó, da tia, quando iam às compras, e obviamente era um sucesso, porque a gente voltava com o carrinho repleto de mercadorias e aquilo facilitava tanto para o mercado como para a feira livre. Os supermercados ainda estavam no início do processo de criação, mas seria interessante pensar também nessa possibilidade.

“O debate em torno do tema ganha cada vez mais espaço, uma vez que qualquer medida ligada à produção e ao consumo de sacolas plásticas no Brasil merece ser melhor analisada.

Apesar de atóxicas, uma vez que o plástico que as compõem é inerte — não contamina o meio ambiente nem é contaminado por ele —, as sacolas plásticas vêm afetando ecossistemas em todo o mundo à medida que a produção e o consumo aumentam.

Entre os principais problemas apontados por organizações de defesa do meio ambiente estão a poluição visual, o entupimento de bueiros, que acaba facilitando a ocorrência de enchentes, e a tendência natural do produto de ser levado pelo vento e de espalhar-se desordenadamente quando descartado de maneira inadequada, podendo atingir Áreas de Preservação Permanente (APPs), rios e oceanos.

A sacola plástica passou a fazer parte da vida das pessoas como uma ferramenta de praticidade, mas ao longo dos anos a sociedade se acostumou a tratar essas sacolas como descartáveis e não como recicláveis.

Para Chamocho, a dificuldade de mudar os hábitos de consumo da população revela a necessidade de alterar a legislação. “Estabelecer multas e utilizar alternativas menos poluentes, inclusive envolvendo a



composição das sacolas, pode ser uma forma de reverter esse quadro”, defende.”

Portanto, subscrevem o Deputado Dr. Paulo César e eu. Obviamente, é o motivo de nós estamos aqui para ouvir as autoridades que possam fornecer informações a respeito deste tema.

Assim sendo, concedo a palavra à Sra. Eloísa Garcia, Gerente do Grupo de Embalagens Plásticas e Meio Ambiente do Centro de Tecnologia de Embalagens — CETEA, para proferir sua palestra.

A SRA. ELOÍSA GARCIA - Boa tarde a todos!

Agradeço muito o convite à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Eu acho que é uma obrigação, enquanto pesquisadora do instituto público que trabalha na parte de conservação de alimentos, o Instituto de Tecnologia de Alimentos, especialmente a minha área, que é o Centro de Tecnologia de Embalagens.

Toda vez que se começa a discutir a questão de sacolas plásticas vem o tema materiais alternativos e degradação. Eu até trouxe uma provocação, o título da minha apresentação é *O mito da degradação como solução*.

Eu vou apresentar para vocês brevemente — é uma dificuldade para mim, enquanto pesquisadora, adoro falar — alguns conceitos básicos para mostrar que a solução não passa por qualquer alternativa que leve à fotodegradação, oxidegradação ou biodegradação de materiais.

(Segue-se exibição de imagens.)

A questão é séria, nós estamos tratando de sustentabilidade. Só para lembrar, estamos tratando de desenvolvimento sustentável e consumo sustentável. Então, qualquer ação tem que partir do princípio do desenvolvimento sustentável. Não existe solução milagrosa. Se eu quero trazer uma melhoria no uso de materiais, eu tenho que trabalhar o consumo sustentável e a responsabilidade sobre o consumo.

Hoje, falou-se muito — e é muito importante — em fazer com que o consumidor assuma sua responsabilidade na gestão do seu resíduo, porque ele tem que participar. Otimização e minimização de recursos naturais, otimização e minimização do consumo de energia, redução de perdas, reaproveitamento, uso



racional e preservação da qualidade da água, minimização de emissões. Eu tenho que poupar para as gerações futuras poderem usar, optar, gerenciar e decidir. Então, nós temos que trabalhar no sentido de conservar materiais.

A minha linha de pesquisa é em estudos de avaliação do ciclo de vida, que são estudos que interpretam a relação embalagem-meio ambiente, produto-meio ambiente, desde a extração de recursos naturais até o uso final.

Então, a gente, muitas vezes, está focada: *“Olha, o resíduo sólido, o resíduo sólido, o resíduo sólido urbano”*. Mas a questão de meio ambiente extrapola isso. Eu tenho que dar um passo para trás e entender o ciclo de vida do produto. Então, eu tenho um material que vem aqui desde a extração dos recursos naturais, no caso nós estamos falando aqui de sacolas plásticas que vêm do petróleo. Se eu tiver aqui um material de fonte renovável, como o polietileno que vem da cana, eu também tenho um custo da sua produção no uso de água, no uso de terra, fertilizantes. Então, mesmo de fonte renovável, ou mesmo o papel, tem um custo ambiental. Depois eu tenho a fabricação das matérias-primas, a fabricação do produto, o uso, a possibilidade de reciclagem, a reutilização e a disposição final. Em todas as etapas, inclusive as áreas de transporte, eu tenho consumo de energia, consumo de água, consumo de recursos naturais, a emissão para o ar, para a água e resíduo sólido. Então, a gente tem que pensar num produto que tenha um custo ambiental associado ao seu ciclo de vida. E eu tenho que ter ações para a conservação.

Então, hoje já se falou muito da importância da reciclagem. Quando eu tenho a reciclagem, eu não só reduzo o resíduo que vai para a disposição final, mas eu reduzo o custo ambiental, desde a extração de recursos naturais até chegar aqui para a fabricação do produto. Então, a economia da reciclagem vai muito além da economia do lugar para a disposição final.

Uma coisa muito importante também é que a disposição final tem o seu impacto. Então, se eu pensar no material biodegradável num aterro, hoje se falou muito: *“Ah, o biodegradável é bom”*. Não é. Por quê? Quando ele vai para o aterro, eu tenho a biodegradação anaeróbica, com produção de metano. O metano tem 25 vezes mais efeito estufa do que o CO₂ e eu tenho o impacto ambiental, sim, na disposição final. Então, a gente tem que pensar que em todas essas etapas há um custo ambiental.



A análise do ciclo de vida também requer que eu pense nas várias categorias de impacto ambiental. O resíduo sólido é uma delas. Mas se eu estou querendo falar em sustentabilidade, seriamente trazer soluções aqui para o nosso caso da sacola, eu tenho que pensar que eu tenho impactos em recursos, muitos custos ambientais, muitas categorias, eu tenho a poluição do ar, a poluição da água, a poluição do solo.

Então, muita gente fala assim: *“Ah, mas esse material é bom, ele é biodegradável. Se ele for para o rio, ele vai se biodegradar”*. Só que, ao se biodegradar no rio, eu diminuo a disponibilidade de oxigênio e interfiro no ecossistema do rio. Então, por mais que seja biodegradável, não pode ser jogado em lugar nenhum: nem no mar, nem no rio, nem em lugar nenhum. Então, a gente tem que pensar que o resíduo sólido não desaparece; ele pode mudar, virar outro tipo de poluição, poluição do ar ou poluição da água.

O resíduo sólido urbano, as sacolas, as embalagens e tudo mais fazem parte do resíduo sólido urbano. Nós estamos trabalhando para a Política Nacional de Resíduos Sólidos. E esta Política Nacional de Resíduos Sólidos é clara: *“Olha, os caminhos são redução e prevenção, reutilização e reciclagem, recuperação energética, revalorização orgânica e disposição final adequada”*. Aqui não fala degradação como solução.

Então, a política nacional trata a questão do que é a solução para uma gestão de resíduo sólido urbano. Lembrem-se: resíduo sólido é uma coisa, efluente é outra. Quando a gente usa um xampu, necessariamente este xampu vai para o bueiro. E aí vai para uma estação de esgoto e o tratamento biológico é a solução mais adequada. Então é importante que o xampu seja biodegradável. Mas a embalagem do xampu é resíduo sólido e tem que ser tratado dentro dos critérios de revalorização no resíduo sólido urbano. E aí a questão de ser biodegradável é, inclusive, um problema.

Vocês sabem que 60% dos nossos resíduos que vão para o aterro são resíduos orgânicos biodegradáveis, são restos de alimentos que vão para o aterro. É um desperdício muito grande! Isso produz metano, que causa 25 vezes mais efeito estufa do que o CO₂, e, além disso, causa um problema muito grande na gestão dos aterros ao longo do tempo.



A gente viu recentemente a produção de metano no Center Norte, que teve que ser interditado. Agora é a USP que está em cima de um aterro clandestino. Então, esse metano que hoje causa problema na revitalização das regiões de disposição final é o metano da biodegradação de material biodegradável.

A gente também tem que lembrar que, primeiro, não se deve nem pensar em degradável ou biodegradável. Se o material for biodegradável, tem que ser revalorizado via compostagem. Então, essa é a saída para o resíduo sólido urbano do material biodegradável.

Infelizmente, o Brasil não tem infraestrutura para a compostagem. Esperamos que com a Política Nacional de Resíduos Sólidos isso melhore, porque nós precisamos fazer a compostagem do resto de alimentos. Se houver uma proposta de uma embalagem ou de um material que seja biodegradável, ele tem que ser compostável. Se não for compostável, eu não tenho o que fazer na gestão, porque se ele for para o aterro e se degradar no aterro haverá um custo ambiental maior.

Lembro que biodegradável é diferente de biopolímero. Biopolímero é um material que vem de fonte renovável. Por exemplo, é como o polietileno que vem da cana. Ele vem de fonte renovável. Inclusive, esse polietileno não é degradável, ele é inerte como os outros materiais. Existem materiais que são biodegradáveis e não são compostáveis, e a gente tem que estar atento a isso.

(Segue-se exibição de imagens.)

Ações voltadas à sustentabilidade.

Eu tenho que contribuir para a educação ambiental da população, já foi bem falado, e eu não posso iludir o consumidor com soluções irreais e fáceis, porque não existem. Inclusive, geram impactos muito graves.

Então, a ilusão da degradação, como solução em seu *marketing* ambiental, compromete a educação ambiental. A gente vive falando para o consumidor: Jogue o lixo no lixo! Jogue o lixo no lixo! E aí eu vou falar: Não, esse é degradável, você pode jogar em qualquer lugar. Isso vai contra a educação ambiental!

Alimento/consumismo.

Eu não coloco a responsabilidade no consumidor. *“Olha, eu coloquei esse aditivo, eu coloquei isso aqui, acabou a sua responsabilidade.”* A gente tem que trabalhar para trazer o compromisso para o consumidor.



A ilusão da degradação compromete os esforços em prol da reciclagem. Inclusive há muitos aditivos que comprometem a reciclagem, como já foi falado aqui. Nós temos que trabalhar para revalorizar, para melhorar a reciclagem.

A degradação não é a solução e é um desperdício de recursos naturais, de água e de energia. Ao se degradar, o resíduo perde o potencial de reciclagem mecânica e de recuperação energética, porque ele vira um monte de coisa, um monte de pedacinho, e eu não posso aproveitar o seu valor energético. E com a degradação perde-se também o custo ambiental de todo o ciclo de vida. Então, aquilo se esfarela, se espedaça e eu perco a possibilidade de utilizá-lo hoje ou no futuro.

Isto aqui já foi comentado. Se o material for degradado no meio ambiente, eu tenho outras coisas — aditivos, pigmentos, tintas — em que o impacto ambiental, disperso no meio ambiente, não está esclarecido. E a gente tem que lembrar também que as propostas de degradação, biodegradação e tudo mais levam muito tempo para acontecer.

Então, por exemplo, se essa cola vai para o oceano ou se vai para qualquer lugar, eu vou ter o mesmo impacto visual, ela vai entupir o bueiro da mesma forma, além de haver um potencial de impacto ambiental muito maior.

Obrigada a todos. O que eu tinha a dizer a seguir não é tão relevante.

Agradeço a atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço as palavras da Dra. Eloísa Garcia.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Tamas Istvan Vero, Diretor da TIV Plásticos Ltda., que fará a sua exposição.

O SR. TAMAS ISTVAN VERO - Boa tarde a todos!

Meu nome é Tamas Vero, sou Diretor-Executivo do ADIRPLAST Associação dos Distribuidores de Resinas e Filmes Plásticos do Brasil e sou um especialista em biodegradação. Portanto, a minha apresentação vai ser bastante contrária ao que a minha colega Eloísa apresentou. Nós já tivemos vários embates, inclusive (*risos*), temos posições diametralmente opostas, mas acho que é bom para a discussão.

Eu tenho percebido, em todas as colocações que foram feitas até agora, que o assunto biodegradação foi sempre baseado em apenas duas tecnologias de



biodegradação de plásticos, mas existem três. Então, eu vou apresentar um pouquinho dessas alternativas.

Mas, antes de mais nada, eu quero dizer o seguinte: eu acho que todos nós concordamos que o plástico é um produto altamente tecnológico e de grande aplicação — e larga aplicação — em todos os produtos que a sociedade utiliza hoje em dia. Portanto, a discussão, aqui, não é se o plástico deve ser banido, ou se o plástico deve ser alterado, ou se o plástico isso, ou se o plástico aquilo. O que nós temos que discutir é o que fazer com o plástico depois da sua utilização, depois que ele foi produzido, depois que ele foi utilizado, de acordo com a expectativa que o consumidor tem a respeito. O que fazer com esse plástico? Então, essa é a discussão importante.

Eu vou me referir, aqui, a plástico como um todo, porque, apesar de esse debate ser especialmente dirigido a sacolas plásticas, não podemos esquecer que existe um mundo de produtos plásticos — inclusive, se vocês forem verificar o peso do plástico dentro de uma sacola plástica, verão que ele é muito maior do que a própria sacola plástica. Então, precisamos pensar um pouco em o que fazer com esses plásticos depois do seu uso.

Partindo desse pressuposto, eu diria que, no mundo inteiro... Eu vou fazer um *coaching* da Alemanha, que é o país mais desenvolvido em termos de reciclagem de plásticos. Lá eles conseguem reciclar somente 40% do plástico que eles produzem; os outros 60% ainda vão ou para o aterro sanitário ou para a compostagem. Na Europa, a compostagem é uma realidade, e bastante coisa vai para a compostagem. Inclusive, na Europa foi criado o bioplástico, há muitos anos, que funciona bem neste tipo de alternativa de descarte que é a compostagem.

Mas, no Brasil, como não temos compostagem — hoje, no Brasil, temos menos do que 1,5% de locais de compostagem —, a grande maioria do nosso descarte urbano é feito em aterro sanitário. Antes era no lixão, que agora não pode mais existir e vai ser transformado em aterro sanitário. O importante é dizer o que deve ser feito com o plástico quando ele vai para esse aterro, vai para esse descarte.



Eu, particularmente, sou totalmente a favor do que já foi apresentado aqui de consumo consciente, de educação, que, sem dúvida nenhuma, deve existir, e da reciclagem, porque certamente se deve fazer a reciclagem o máximo possível.

É preciso entender uma coisa: reciclagem tem dois aspectos que a gente precisa analisar. Primeiro, não existe reciclagem indefinida. O que acontece com o produto plástico quando ele é reciclado? Ele é quebrado, a sua característica físico-química é modificada e, depois de granulada, ela só poderá ser reutilizada num produto com menos exigências físico-químicas, e assim por diante. A cada reciclagem por que esse plástico passar, menos alternativas de aplicação ele vai ter. Vai chegar um momento em que esse plástico reciclado vai se transformar em rejeito. A diferença entre resíduo e rejeito é que o resíduo ainda pode ser reutilizado através de todas essas alternativas; o rejeito não pode mais, ele tem que ir para o descarte ou num aterro sanitário ou numa compostagem.

Quando isso ocorrer, é melhor que ele se biodegrade do que ficar inerte, porque se ele ficar inerte naqueles ambientes, o que vai acontecer? Ele vai ocupar espaço. Vamos pegar como exemplo um aterro sanitário. Começa-se a ocupar aquele espaço e, de repente, a vida útil de um aterro sanitário é diminuída por causa desse espaço que ele vai ocupar. Se ele biodegradar nesse espaço, apesar de ele gerar metano, como a Eloísa diz, uma parte dele vai se transformar em húmus, ou seja, terra, que pode ser reaproveitada; e outra parte vai criar o chorume, aquele líquido preto, que, se for capturado como exige o PNRS nos novos aterros sanitários, poderá ser tratado e voltar ao consumo na área da agricultura.

E o gás metano gerado — também o PNRS exige que os novos aterros sanitários capturem esse gás — é uma belíssima matéria-prima para gerar energia barata e limpa, contanto que você o capture.

Então, esses aterros sanitários obrigatoriamente vão ter que capturar esse gás, e para os gestores de aterros sanitários a captura desse gás e a possível venda dessa energia para o entorno é muito importante, fazendo com que os aterros sanitários possam ser economicamente viáveis. Um aterro sanitário em São Paulo chamado Aterro Bandeirantes já faz essa captura de gás e vende essa energia para as cidades do seu entorno, fazendo com que isso seja bastante lucrativo para a empresa que gerencia esse aterro sanitário.



Por isso, eu sou da opinião de que devemos, sim, dar todos os passos que foram falados até hoje em termos de educação, de consumo consciente e de reciclagem, mas também temos que deixar esses plásticos possivelmente biodegradáveis quando forem parar num aterro sanitário ou numa compostagem.

Então, são três tecnologias. Vou falar rapidamente sobre as três tecnologias que existem hoje para transformar, não transformar, mas para acelerar o processo de biodegradação de um plástico.

Não sei se todos sabem, mas a ideia de que o plástico não é biodegradável é uma ideia errônea. O plástico é naturalmente biodegradável. Na sua composição, há carbono e hidrogênio, que são os dois materiais de alimento básico do micro-organismo que está ali no aterro sanitário.

Portanto, o que precisa ser feito? Como a cadeia polimérica é muito longa e muito hermética, o micróbio não consegue penetrar no núcleo da cadeia polimérica e não consegue comer o carbono que lá está, então, essas tecnologias quebram essas cadeias naqueles ambientes e fazem com que os micro-organismos que lá estão possam penetrar no núcleo, comer o carbono e fazer todo o trabalho de biodegradação. O.k.?

Então, são três as tecnologias.

O biopolímero, que já foi falado aqui e que tem vantagens e desvantagens, é muito caro por enquanto, como disse o Schmitt. Ele é muito caro, não há suficiente produção no mundo e só serve para acelerar a biodegradação em ambientes de compostagem.

O aditivo oxidegradável, como o nome bem diz, é oxidegradável, contém metais na sua composição, porque faz a degradação através da oxidação da cadeia polimérica, quebra a cadeia e aí permite que os micróbios penetrem. Só que como ele possui metais na sua composição, ele agride o meio ambiente mais do que faz bem e, ao mesmo tempo, diminui a vida útil do produto ao qual ele foi mesclado, porque, como ele trabalha com oxidação, ele diminui o tempo de vida daquele produto.

E, finalmente, existe o aditivo orgânico, que fica inerte no produto até que ele vá para um aterro sanitário onde há umidade, pressão e calor. Com isso ele faz a quebra da cadeia polimérica — eu não vou entrar em detalhes agora porque é muito



tecnológico — e permite que os micróbios que lá estão possam fazer o seu trabalho de biodegradação.

Portanto, eu acho que é, sim, importante a biodegradação como uma das soluções para o plástico depois do seu uso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Cumprimento o Sr. Tamas pela sua apresentação.

Passo a palavra ao Sr. Antonio Andrade de Paula, que é Consultor e Professor de Embalagens, Polímeros e Processos Industriais da TAPPI.

O SR. ANTONIO ANDRADE DE PAULA - Boa tarde a todos!

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer aos Deputados pelo convite para estar aqui.

Já se falou bastante sobre plásticos, biodegradação e tudo mais. Vamos falar um pouquinho da realidade. Como o Sr. Tamas falou, onde é a aplicação final? Toda essa discussão é sobre onde vai parar a sacola plástica. Qual é a sua aplicação final?

(Segue-se exibição de imagens.)

A nossa geração de resíduo sólido urbano, que é o nosso lixo urbano, nós temos aqui um exemplo, gira em torno de 62 milhões de toneladas/ano, um grande volume. Isto corresponde aproximadamente a 383 quilos por habitante/ano, um aumento de 2011 para 2012 de 1,3%.

E o que compõe esse lixo? O que acabou de ser falado aqui. O que tem no nosso lixo urbano do dia a dia? Temos metais, 2,9%; papel, papelão, 13,1%; plástico, 13,5%; vidro, 2,4%; matéria orgânica, 51,4%; outros, 16%, num total de 100%. Ou seja, o plástico está lá, 13,5%, compondo o nosso lixo urbano diário. Este é um dado importante. E a matéria orgânica está lá: 51,4%.

E para onde é destinado todo esse material? Aí é que vem aquela questão colocada da adequação e inadequação do descarte. Nós temos hoje, no Brasil, em termos de destinação final: 58% teve destinação adequada, ou seja, esse lixo foi recolhido e destinado adequadamente, sem dúvida nenhuma, aos aterros sanitários; 42,2% teve destinação inadequada, ou seja, o lixo foi para o mar, foi para a rua, foi para o bueiro, foi para qualquer outro lugar menos para onde deveria ir.



E vocês percebem que de 2011 para 2012 nós não melhoramos, nós pioramos. Ou seja, o descarte inadequado, que era 42%, ficou em 42,2%. Houve um viés de piora. Não houve nada, mas houve um viés de piora.

E a destinação final? Para onde está indo o nosso lixo? Para onde vai o lixo que a gente descarta todo dia? Ele vai para aterro sanitário, aterro controlado ou lixão.

A gente percebe aqui outro dado: de 2011 para 2012, 58,1%, 58%, ou seja, praticamente ficou do mesmo jeito. E a Política Nacional de Resíduos Sólidos quer o quê? Quer que a gente acabe com o lixão e com o aterro controlado. Esse é o objetivo do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. E praticamente de 2011 para 2012 não aconteceu nada, continuamos descartando o material ainda em lixão, aterro controlado e aterro sanitário.

Se a gente for olhar em termos de regiões do Brasil, evidentemente, a Região Sudeste, a Região Sul... E aqui nós estamos falando de iniciativa de coleta seletiva, não é que realmente exista coleta seletiva, mas que há a intenção de praticar a coleta seletiva. Então, nós vemos que, no Brasil, 59,8% têm a intenção de praticar a coleta seletiva; 40% nem pensam no assunto — isto, principalmente, quando a gente fala das Regiões Norte e Nordeste. As Regiões Sul e Sudeste já têm uma conscientização maior.

E a reciclagem de que tanto se fala? A gente percebe, por exemplo... Aqui nós estamos falando de alumínio, de latas de alumínio, as latas de bebida. Hoje, o Brasil recicla 98,3% delas — é um dos maiores do mundo. Mas isso quando se fala em latas de refrigerante, porque, quando a gente fala de alumínio de uma forma geral, aí a reciclagem fica entre 30% a 40%. Quando a gente fala especificamente da lata, ela é alta.

Em relação ao papel, 2009, 2010. Em 2011 houve uma pequena queda em relação a 2009. Quanto ao poliéster, realmente houve um aumento em termos de reciclagem, de material reciclado. Ou seja, a gente percebe também que, na reciclagem, não houve um grande avanço. O que realmente a gente mostra e que se vê aí é um patamar estável, praticamente, nesses 3 anos.

Essa hierarquia que foi comentada aqui realmente é o que a gente tem que fazer: não geração, redução, reuso, reciclagem, tratamento e disposição final dos



rejeitos. E a Política Nacional de Resíduos Sólidos diz que tem que ser feita até agosto de 2014. Realmente, eu acho que está difícil para a gente conseguir atingir essa possibilidade.

Eu concordo, sim, por tudo o que foi dito aqui, que realmente a educação e a reciclagem são fundamentais. Nós precisamos, cada vez mais, aumentar o índice de reciclagem neste País, dar mais ênfase, fazer com que o produto reciclado... Porque quando se fala em reciclagem para algum leigo, logo se torce o nariz: *“Hum, produto reciclado?”* *“Ah, deve ser coisa de segunda”*. Não! Ele tem que entender que um produto reciclado tem que ser encarado até como melhor que um produto de primeira linha, porque aquele produto foi reciclado, então, houve um exercício, um esforço em fazer aquilo sem descartar aquele material para um ambiente como um aterro sanitário. Esta é a realidade brasileira: aterro sanitário.

E o que temos que fazer? Campanhas publicitárias, incubação de cooperativas, educação ambiental, de que se falou muito, inclusão social por meio da cultura e da reciclagem.

Aqui nós temos o art. 9º da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que diz bem claramente:

“Art. 9º.....

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental.”

Ou seja, é válido, sim, biodegradar o material e comprovar, realmente, com essa nova tecnologia dos aditivos orgânicos, por exemplo, que foi colocada. São aditivos com os quais você pode reciclar inúmeras vezes, o quanto quiser, e, depois, quando ele voltar, só vai ser ativado num ambiente microbiano, ou seja, somente quando estiver realmente num aterro sanitário. Antes disso, ele não vai ser ativado, diferentemente de oxidegradação, em que ele já está oxidando só de estar aqui em cima da mesa, em que ele já vai oxidando só de estar em um ambiente, coisa que não acontece com essa nova tecnologia, com esse novo aditivo. Então, é importante



a gente deixar clara essa posição de que realmente a Política Nacional fala sobre isso, ou seja, que você pode usar, com recuperação energética.

Falou-se de geração de metano aqui, mas, se já se tem um aterro sanitário em que se tem mais de 50% de lixo orgânico, ali já se está gerando metano naturalmente, então, já se tem que fazer um trabalho... Um aterro sanitário verdadeiro é aquele que realmente recupera o gás metano que vai para o ambiente. E o que acontece? Já existe tecnologia no mundo, já se estão desenvolvendo tecnologias. Quando se fala da fuga do gás metano, parte você recupera, parte tem fuga. Hoje já se usa cobrir o aterro sanitário com um material da compostagem que tem microrganismos que vão pegar esse metano e transformá-lo em CO₂. Ou seja, na hora que ele está permeando o metano, na hora que ele for sair do aterro, ele vai sofrer um ataque microbiológico e deixar de ser metano para se transformar em CO₂.

Aqui é a mesma coisa. Temos modelo tecnológico de aplicação e construção de galpões, apoio a programas de coleta seletiva, construção de aterros sanitários, coleta seletiva, pontos de entrega voluntária, compostagem. Ou seja, tudo isso está previsto dentro da sustentabilidade que foi comentada aqui, ao lado do viés econômico, ambiental e social.

A Política Nacional pede ações com brevidade. A questão ambiental não está mais restrita aos fóruns acadêmicos recorrentes. O tema está em programa infantil, novela, etc. Isso deixa claro que a população está envolvida no assunto. A população está envolvida!

Das inúmeras necessidades humanas, de repente, salvar o meio ambiente se tornou a grande prioridade, porém, com sustentabilidade. De repente, os plásticos também se tornaram os vilões do meio ambiente, desnecessariamente, pois podem ser reutilizados, reciclados e revalorizados energeticamente. É preciso agir rápido para ajudar a resolver os reais problemas dos aterros controlados e lixões, possibilitando a implantação de aterros sanitários tecnologicamente corretos.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Cumprimento o Sr. Antonio Andrade de Paula pela sua exposição.



Imediatamente, passo a palavra ao Sr. Sebastião Carlos dos Santos, Presidente da Associação dos Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. SEBASTIÃO CARLOS DOS SANTOS - Cumprimentando o Deputado Ricardo Tripoli, cumprimento todos os membros da Mesa, pois o tempo é curto e eu tenho que aproveitar o máximo.

Meu papel aqui é ser advogado do diabo. E eu vou ser advogado do diabo mesmo! Sobre o que foi dito aqui, fica muito bem claro, acho, para mim e para todos, que o problema no Brasil se dá por dois motivos: um, pela falta de educação ambiental do cidadão brasileiro, e outro, por falta de legislação. Isso é claro, conforme todos aqui falaram.

Vou falar algumas coisas aqui sobre a realidade do Brasil, que produz 240 mil toneladas, segundo o IBGE, de lixo, ou seja, 240 milhões de quilos de lixo por dia, sendo que apenas 2% disso têm como destino a reciclagem e 40%, segundo pesquisas, é produto reciclável ou potencialmente reciclável. O Brasil desperdiça por ano cerca de 8 bilhões de reais.

O volume de material reciclado e retirado pelos catadores de Gramacho, de uma forma desumana, arcaica, totalmente pré-histórica, era de 200 toneladas/dia, equivalente a uma cidade de 400 mil habitantes. Noventa por cento de todo o material reciclável que chega à indústria, hoje, primeiro passa pela mão de um catador de material reciclável.

Foram produzidas no Brasil, no ano de 2012, cerca de 18 bilhões de sacolas plásticas e foram produzidos também 9 trilhões de embalagens de garrafas PETs. Por que estou falando disso? É notório que a sacola plástica não é o único problema das embalagens no Brasil, como bem foi dito aqui. Quando se faz compra, quem faz sabe que se leva arroz, feijão, macarrão, latas de refrigerantes, de garrafas PETs, biscoitos, entre outros produtos.

Eu me lembro de que quando essa lei surgiu no Rio de Janeiro — foi até feita pelo Deputado, hoje Secretário, Carlos Minc —, eu fui um grande defensor dessa lei, e eu ficava perturbando as pessoas no supermercado: por que você está dando sacola, se a sacola é proibida? Eu fiquei, durante um bom tempo, perturbando as meninas. E elas sempre justificavam que o cidadão não aceitava não receber a



sacola plástica. Minha esposa mesmo me chamou a atenção e disse: “*As meninas estão trabalhando, você podia procurar perturbar outros tipos de pessoas. As meninas trabalham o dia inteiro, e você ainda fica perturbando elas*”. Eu não me contive e fui perturbar o cliente, principalmente os mais velhos, porque as pessoas sempre falam que as pessoas mais velhas não estão muito ligadas à questão ambiental. Esse fato é mentira! Eu perguntei a uma senhora — e como bem foi falado aqui, se não me engano pelo Alfredo —, que estava com oito bolsas, como ela ia levar oito caixas dentro de um ônibus lotado e depois descer.

Ali, eu comecei a pensar que isso não estava certo. Aí, ela foi mais além e falou comigo: “*Eu estou sabendo que as pessoas querem cobrar pelas sacolinhas. Eu pagaria. E quando eu a devolvesse, quem é que pagaria pelo que eu paguei?*” Ela estava falando de logística reversa. É algo muito simples. Já foi falado aqui também. Vou agora usar palavras da Ministra Izabella. O problema é que existem 50 tons de verde, todo mundo é verde até certo ponto! Se todos fossem verdes igualmente, aí nós teríamos uma solução igual. Noventa e oito por cento de latinhas de alumínio, no Brasil, têm como destino a reciclagem; 53% das embalagens de garrafa PET têm como destino a reciclagem, só que nenhum dos setores aqui presentes — eu vou ser muito curto e grosso — fez nada por isso. Só acontece essa reciclagem porque existem 1 milhão e 300 mil pessoas pobres reciclando dentro dos lixões ou na rua. Nenhum setor fez algo para o setor de latinha chegar a 98%, nem tampouco para o setor de embalagem PET chegar a 53%.

Simplemente, a reciclagem se dá no Brasil pela pobreza e pela exclusão social. Ela não existe por falta da educação ambiental do cidadão brasileiro, e só em 2010 passou-se a existir uma legislação. Esse é o problema. Os setores ainda não conseguiram apresentar uma proposta que incluía a educação ambiental, a inclusão social de catadores, porque erradicar os lixões somente por causa da política nacional de redução seria a exclusão da exclusão.

Torno a dizer: reciclagem nasce no Brasil para combater a pobreza e a exclusão social. Então, não é simplesmente discutindo sobre a sacola plástica que a gente vai conseguir resolver o problema do solo do Brasil, porque vai muito mais além. Ele passa por problemas sociais, ambientais e econômicos. Problema social: se não me falha a memória, são 1 milhão e 300 mil catadores ou até mais — isso é



dado do IBGE.

Há as questões ambientais, que é toda a degradação gerada pelo destino incorreto. Eu nasci e fui criada dentro de um lixão. Eu sei o que 35 anos da existência desse lixão geraram de impacto no meu bairro. Se você olhar o lixão de Gramacho — entre aspas, porque não é mais um lixão, agora foi fechado —, que já foi chamado de aterro controlado, era muito mais limpo do que o meu próprio bairro. O bairro era muito mais sujo do que o próprio lixão, porque eles tinham as áreas para vazar e depois havia toda a sua cobertura, enquanto que todo aquele comércio deixou um impacto muito maior, e até agora não foi discutido como retirar milhões e milhões de embalagens que não têm serventia para nada.

Esse é o grande desafio do setor. E como conseguir criar mecanismos compensatórios que incluam, que paguem pelo serviço prestado pelos catadores, porque não adianta chegar aqui e apresentar 98% da latinha reciclável, não sei quantos por cento da garrafa PET, enquanto os setores não fazem nada. Pouco desses setores apoiam, incentivam os catadores. A grande maioria dos catadores vive como miseráveis, dentro de lixões, jogados ou nas ruas, sofrendo todo tipo de discriminação.

É muito fácil apresentar os números. Para quem faz, só servem como mecanismo de combate a pobreza e a miséria. Esse é o grande desafio, Deputado. Estou sendo muito sincero. Acho que a discussão vai muito mais além. Não é condenar a sacola plástica ou a embalagem da garrafa PET. É como foi dito aqui: o que eu faço depois do meu consumo? A reciclagem tem que estar na vida das pessoas pelo estilo de vida.

Quem é o brasileiro? É o cara que gosta de música, é uma pessoa alegre e também tem que ser o cara que recicla, conforme a Ministra me disse. O fato é que tem que ser parte da nossa vida. Hoje a reciclagem não faz parte da vida das pessoas, e as tentativas têm sido feitas no mecanismo da obrigação e, às vezes, até mesmo na violação do direito. Não que eu seja a favor da distribuição da sacola plástica a torto e a direito, mas pergunta para aquela senhora se ela queria que se tirasse um direito dela ou se apresentasse alternativas viáveis, cabíveis, econômica, social e ambientalmente corretas. Eu tenho certeza de que ela tem a vontade de ser uma cidadã sustentável.



Já falaram aqui, e eu vou torno a repetir também: não vai ser simplesmente educando as crianças que teremos um planeta sustentável, porque cada um de nós também tem que fazer a nossa parte, senão não vai haver um planeta para eles, para o cidadão sustentável. Vamos tentar educar agora para poder exercer a sua cidadania sustentável.

Resumindo, como eu falei, farei o papel do advogado do diabo. Eu deixo algumas perguntas no ar: qual a proposta apresentada pelo setor na área de logística reversa dos produtos de embalagem plástica produzidos no Brasil? Aí eu falo de produtos. Não estou falando só da sacolinha? Quais são as medidas compensatórias que atenderão tanto o consumidor como também aquele que é o protagonista da reciclagem no Brasil, que são os catadores de materiais recicláveis? Quais ações que vão promover responsabilidade compartilhada na educação ambiental no Brasil?

Essa é a minha parte aqui. Eu acho que o meu papel é provocar todos aqui presentes. Aqui não existem culpados nem tampouco inocentes. O que existe é um fato, um problema de 35 anos ou mais, que é a produção de resíduos recicláveis e descartáveis no Brasil. Até 2010 não existia uma legislação para normatizar e tampouco para educar as pessoas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Quero cumprimentar o Sr. Sebastião Carlos dos Santos pela sua participação extremamente importante para nós da Comissão de Meio Ambiente. Na sua fala, já surgiram algumas ideias de um bom projeto de lei que eu vou levar ao Presidente da Casa, nessa área específica dos plásticos.

Eu queria chamar agora a Sra. Cristiane Soares, que é da Confederação Nacional do Comércio. Ela fará a sua exposição.

A SRA. CRISTIANE SOARES - Boa tarde a todos!

Eu queria agradecer a gentileza dos proponentes, Deputados Dr. Paulo César e Ricardo Tripoli, em permitir que a CNC tivesse esse espaço para se manifestar.

Antes de mais nada, eu gostaria de rebater duas colocações acaloradas que foram feitas pelo Presidente do Plastivida, o Miguel. A primeira em relação ao uso de sacolas plásticas que advêm de trabalho escravo na China. Eu queria destacar,



Miguel, que a maior parte das redes de supermercado possui sistemas de monitoramento de fornecedores. Essa sua informação muito genérica é extremamente leviana.

Com respeito às normas de certificação, talvez não tenha sido bem compreendido pela forma como a Camila colocou, mas eu destaco que o comércio tem total respeito por todas as normas brasileiras de certificação. Nós temos integrantes dentro da ABNT; a gente tem aqui o Dr. Márcio Mila, que faz parte da nossa representação na ABNT. Caso venha a ser uma das ferramentas para regulamentar a certificação com o marco do uso de sacolas plásticas, o comércio vai adotar as sacolas certificadas, se esse for o caso. Então, eu queria deixar primeiro esse aparte, porque nós não concordamos com esse tipo de colocação tão genérica.

Então, vamos às minhas pontuações. A gente concorda que o problema do uso indiscriminado das sacolas plásticas é basicamente educacional. Não é só o varejo que tem razão nem só a indústria que tem razão. Na verdade, existe um problema-base, que é a educação do consumidor, como o Tião também bem colocou. Existe — e foi muito bem colocado pela Dra. Eloísa — e é uma coisa que vem nos preocupando sempre dentro dos acordos setoriais que a gente vem negociando, que é a questão da responsabilidade do consumidor. Como é que esse consumidor vai se integrar às logísticas reversas que a gente está negociando? Então, é chamar realmente o consumidor à responsabilidade dele, como sempre o Alfredo brincou em todos os nossos GTs: *“A sacolinha não tem pernas, ela não foi parar no mar, ela não foi parar no rio por conta própria”*.

Existe realmente um problema da destinação inadequada, que vem de quem foi o consumidor final, que é o consumidor geral. A gente tem essa preocupação e entende que não é um problema de tecnologia, não importa se vai ser biodegradável, se vai ser polímero biodegradável; no final das contas, ela vai parar no mesmo lugar, se não houver a mudança educacional culturalmente.

O comércio vem, há 6 anos, se empenhando em campanhas educacionais isoladamente ou através do Platívda, que também é um instituto que vem fazendo as suas campanhas educacionais. Mas de forma ampla e abrangente, como a Camila colocou, o número de pessoas que podem ser atingidas... Os supermercados têm realmente feito o papel que vêm acordando com o Ministério.



A gente entende — o Wanderley colocou muito bem — que é preciso repartir essa responsabilidade, não só, mas com o comércio fazendo, porque está de frente para o consumidor, o comércio é autuado nas campanhas do Ministério Público, é sempre o comércio que acaba sofrendo a ponta solta da sacola plástica.

Então, a gente entende que é preciso que haja realmente um compartilhamento de responsabilidades, não só, mas com o comércio fazendo isoladamente a parte dele, visto que a gente foi aonde a gente podia ir, mas os resultados estão limitados. Nós não conseguimos avançar dentro dos resultados que esperávamos. É por isso até que o Ministério chamou um novo GT de sacolas plásticas.

A gente entende também que essa profusão de regulamentações municipais e estaduais atrapalha a questão dos negócios, atrapalha o desenvolvimento econômico, cada Município está regulamentando a questão de uma forma, cada Estado regulamentando de uma forma, e a gente endossa o pedido da CNI para que haja um marco regulatório nacional. Isso vai trazer mais segurança jurídica para que todos possam trabalhar. A gente entende também que não é uma solução simples, que deva existir talvez um *mix* de soluções, que é um grande desafio isso e não é uma coisa fácil. Estamos há tanto tempo discutindo e não conseguimos chegar a um consenso.

Eu aproveito para deixar aqui a CNC como uma parceira da Comissão. A gente tem discutido, a gente tem as experiências que a ABRAS implementou pelo Brasil todo, a gente tem coisas que não foram tão bem, que a gente pode dizer: *“Olha, Deputado, não foi tão bem nesse setor, foi melhor em outro”*. A gente tem tudo isso muito bem pontuado.

Eu não vou me alongar, pois meu tempo era muito curto. Na verdade, eu só estou aqui meio de penetra na situação, mas a CNI, nossa irmã, nos cedeu espaço. Estamos à disposição. Esse é realmente um desafio. A gente teme que haja uma regulamentação muito restritiva, o que a gente não quer. Como os colegas colocaram, não existe suporte para definir uma única tecnologia no Brasil. A gente não tem como trabalhar com uma tecnologia. A gente tem que trabalhar mesmo é no pilar da educação. Está aí o comércio totalmente disposto e já colaborando há algum tempo.



Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Quero cumprimentar a Cristiane Soares. Gostaria que ela se sentisse inserida nesta audiência pública pelo grau de importância que ela tem nessa cadeia produtiva e no aspecto ambiental da questão das sacolas plásticas.

Antes de passar a palavra aos Deputados — inicialmente é o proponente desta sessão o Deputado Dr. Paulo César —, quero dizer que todas as perguntas que vierem dos internautas nós vamos encaminhar a todos, mas temos uma que, como diz respeito a vários segmentos e há uma referência ao Distrito Federal, eu vou deixá-la em aberto. Quem puder responder responda. Obviamente, o internauta vai conseguir obter a sua resposta.

O participante é o Paulo Amorim. A pergunta dele é a seguinte: *“Alguns estabelecimentos comerciais do Distrito Federal fornecem sacolas plásticas que exalam forte odor, geralmente em cores escuras, como azul, preta, verde. Algumas dessas sacolas chegam até mesmo a transmitir o odor para alimentos — frutas e hortaliças, por exemplo. Tais sacolas, pelo forte odor de produtos químicos com os quais são produzidas, não seriam tóxicas e nocivas para o consumidor brasileiro?”* Fica no ar essa pergunta para aqueles possam em seguida responder.

Passaram por aqui os Deputados Francisco Chagas, que está aqui conosco, Vanderlei Siraque, o Penna, Junji Abe, Zé Geraldo, Oziel Oliveira e o Deputado Paulo César.

Passo a palavra, inicialmente, ao proponente desta sessão, o Deputado Dr. Paulo César, para suas considerações. Em seguida, passarei a palavra aos demais Deputados, para que possamos iniciar o processo de debates desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Boa tarde a todos e, mais uma vez, ao Presidente da Mesa, Deputado Ricardo Tripoli, também proponente desta importante audiência pública!

Quero, em primeiro lugar, com bastante celeridade, agradecer a todos os convidados que confirmaram suas presenças e vieram. Os assessores da Comissão até estranharam, porque às vezes alguns não confirmam, outros não podem vir. Eu falei: *“Mas um tema desses, podem ter certeza de que todos vão aceitar o convite,*



vão confirmar a presença e estarão conosco na Casa Legislativa". Portanto, agradecemos a presença de todos.

Sr. Presidente, nobre Deputado Ricardo Tripoli, sinto-me perfeitamente atendido dentro do nosso objetivo de requerer esta audiência pública, ouvindo aqui os diversos segmentos, nossos dez convidados que fizeram suas palestras. Então, considero atendida a minha pretensão desta audiência pública, em vista de um tema superimportante, que é a questão do plástico, das garrafas PET, dos produtos não degradáveis, a utilização de sacolas plásticas. Nós, que somos da Comissão de Meio Ambiente, quase todos, temos sempre uma Relatoria ligada a esse tema do meio ambiente, da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável e nos sentimos atendidos.

Digo isso, porque sou médico, com 30 anos de formação em medicina. Então, nada melhor, como legislador, do que ouvir as pessoas que realmente são ligadas a essa área, que entendem e vão colaborar para que o relatório, para que os nossos projetos, para que esta Casa possa somar para a sociedade em relação ao tema, como as sacolas plásticas.

Não se pode ter uma posição radical, não se pode chegar de uma hora para outra e dizer que está proibida a sacola plástica no País. Vai ser uma greve de donas de casa, do comércio... Vai ser uma loucura! A pessoa vai ao mercado, leva a sacola plástica para casa, em casa coloca na lixeirinha da pia ou na do banheiro. No posto de gasolina, quando o carro acaba de ser lavado, o funcionário te dá uma sacolinha para colocar no câmbio para colocar papel de bala, e é outra sacolinha plástica também. Quer dizer, a utilização das sacolas plásticas é totalmente difundida no País e no mundo. Ou seja, não se pode ter atitudes radicais. As pessoas que vieram aqui são ligadas à área que produz a sacola plástica, que a utiliza, que a reutiliza e recicla esses produtos descartáveis.

É um tema que ainda será devidamente, por muitas vezes, discutido. Realmente, vê-se que cada um dos dez convidados tem um ponto de discórdia com o outro. Imagine cruzar os dez. O matemático Oswald de Souza vai dizer quantos pontos de discórdia há entre os dez convidados. Imagine V.Exa., para esta Casa de Leis, a imensa responsabilidade em relação a este tema.

O que foi aqui debatido está gravado e será enviado a nossa Comissão. Nós,



Parlamentares da Comissão, teremos acesso a todo esse material para mais uma vez ouvirmos, assistirmos todos que vieram aqui nos agradecer nesta tarde sobre as sacolas plásticas. Hoje, tanto uma criança no jardim de infância quanto uma pessoa da terceira idade conversa, fala, discute sobre os produtos descartáveis, sacola plástica. Quando sabemos que algum animal morreu engasgado, sufocado, isso sensibiliza a todos. Portanto, temos esta imensa responsabilidade, não só esta Casa, não só os legisladores, mas toda a sociedade brasileira, a Associação Brasileira de Supermercados, o Instituto Plastivida, o Ministério de Meio Ambiente, o Ministério da Educação, todos esses atores aqui envolvidos nesta questão da produção, da utilização de plástico.

Então, eu encerro, agradecendo a presença de todos mais uma vez e dizendo da grande colaboração que vocês deram a esta Casa, à Câmara dos Deputados, com a realização e a presença de vocês, palestrando sobre um tema que ainda será muito, muito, muito discutido: o que fazer, no momento em que o mundo discute o que fazer com o lixo, com os resíduos sólidos? Lançá-lo para o espaço? Fazemos o que com o lixo? Vamos lançá-lo para o espaço? Vamos colocá-lo numa cápsula e mandá-lo para o sol, para Marte? Não se sabe o que fazer com o lixo. Espero que realmente sejam adotadas políticas de conscientização, de educação, para que nós possamos dar, da melhor forma possível, um destino aos nossos resíduos sólidos.

Obrigado, querido amigo e Deputado Ricardo Tripoli. Agradeço mais uma vez a todos os presentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Gostaria de agradecer a meu parceiro, Deputado Dr. Paulo César, que tem sido um grande colaborador desta área, até pela sua formação como médico, como ex-Prefeito e que tem valorizado bastante a questão ambiental aqui no Congresso Nacional. A sua atuação à frente dos grandes desafios que nós temos neste tema, que são os temas ligados à questão do meio ambiente, tem dado projeção não só à Câmara Federal como também ao Senado. Esse tema especificamente se inicia com as sacolas plásticas e termina, como disse o Sebastião, com a questão das PETs e derivados, que acabam ocupando espaço nos aterros sanitários, nos bueiros e também levando a óbitos nossos animais na área marítima.



Acho que nós vamos tentar aqui, dentro das exposições que nos foram fornecidas, buscar realmente que os plásticos não só tenham o carimbo de recicláveis, mas que eles sejam biodegradáveis, que a gente possa colocá-los num aterro sanitário e eles possam se decompor num espaço curto de tempo. No início, quando nós discutimos a questão do meio ambiente, dizia-se que os plásticos levavam 100 anos, em média, para se degradar. Esse era o tema das escolas no ensino público.

Eu me lembro de que no início do processo todo alegava-se que a questão dos plásticos era o grande vilão, porque levava anos para degradar. Agora, se já temos tecnologia, se já temos a projeção e a possibilidade de buscar essas alternativas, que possamos incorporá-las a nossa legislação para que, obviamente, num espaço curto de tempo, possamos ter não só as sacolas biodegradáveis, oxibiodegradáveis, mas também possamos ter toda a cadeia de produção de plástico que é proveniente dos materiais fósseis. Nós temos que reduzi-la, porque o planeta Terra, desde que foi feito, mantém o mesmo volume de recursos naturais. O que aumentou muito foi o número de seres humanos. Ou nós aprendemos a conviver de uma maneira harmônica com o planeta ou nós teremos grandes dificuldades de habitar o planeta.

Assim sendo, vou passar a palavra agora aos demais Deputados.

Com a palavra o Deputado Francisco Chagas para suas colocações.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO CHAGAS - Boa tarde a todos!

Primeiro, eu quero cumprimentar aqui o Deputado Dr. Paulo César pela iniciativa. Eu acho que é muito importante fazer este debate neste momento, como disse o próprio Deputado, pela importância do assunto.

Deputado Ricardo Tripoli, estive muito tempo com seu irmão na Câmara. Ele ficava constrangido comigo porque toda hora eu o chamava de Ricardo. Ele dizia: “*Não, Roberto*”. Mas, Tripoli, parabéns pelo trabalho! Parabenizo também o nosso Presidente, o Deputado Penna.

Eu tenho acompanhado este assunto há muito tempo. Em primeiro lugar, eu fui Presidente do Sindicato dos Químicos de São Paulo e sou diretor licenciado para exercer o mandato. Parafrazeando o Presidente Penna, nós não podemos cristianizar o tema, mas também não podemos demonizar o tema. São as duas



pontas desse debate. Eu achei muito impressionante, quando fui instado a debater o assunto, ainda como Vereador da Câmara Municipal de São Paulo e Presidente da Comissão de Meio Ambiente, porque, a exemplo de hoje aqui, como este assunto é instigante, envolve pesquisadores, Governo, produtores, trabalhadores, consumidores. Eu ficava me perguntando por que tanta gente se mobiliza em torno de um assunto aparentemente simples, aparentemente simples, quando na verdade é complexo?

Numa hora, eu me lembrei de uma frase de um assessor do Governo americano, que é assim: *“A economia, estúpido! A economia!”* Porque o debate deve se assentar em torno da sustentabilidade e supõe que nós tenhamos que levar em consideração o aspecto econômico, ecológico e social. Quando eu falo social, trabalho e consumidor, no mínimo.

O debate, como foi apresentado em São Paulo, no meu Estado, no nosso Estado, a meu ver, tinha uma caracterização de natureza econômica central. Primeiro, o que mobilizava ali era um acordo feito entre a Associação Paulista de Supermercados, APAS, e o Governo do Estado, sem levar em consideração que, no meio dessa esfera, nós temos o consumidor, os trabalhadores do setor direto. Eu represento também, diretamente, 30 mil trabalhadores e toda escala de consumidores que usavam e usam a sacola plástica. Eles a usam para transportar as compras e para acomodar lixo doméstico. Então, este debate ganha relevância por esse aspecto, vamos dizer assim, intrínseco a várias áreas da sociedade.

Eu escrevi um artigo, Presidente em exercício. Depois vou deixar com a Mesa o relatório que fiz do trabalho dessa natureza, mas a primeira coisa que me chamava atenção é que não adiantava ou não adianta criminalizar a sacola plástica como sendo um tratamento exemplar para o enfrentamento dos problemas ambientais que todos temos. A Comissão recebia regularmente o relatório da CETESB, que dizia: *“Sessenta e dois por cento dos problemas de natureza ambiental no Estado de São Paulo são decorrentes da emissão de gases de efeito estufa e queimadas”*. Bom, se esse é o principal problema ambiental do Estado, por que nós resolvemos pegar a sacolinha plástica, que significa 0,2%, uma grande vilã, e torturá-la, chicoteá-la, em praça pública? Isso, às vezes, parece-me até um debate medieval. Aliás, os termos utilizados aqui algumas vezes — cristianizar, demonizar



— recorrem a uma visão medieval do tratamento do problema, quando na verdade nós temos um desafio muito grande a enfrentar, seja com as sacolinhas, seja com os demais produtos que nós precisamos fazer gestão.

A Lei nº 12.305 parece-me suficientemente apropriada para enfrentarmos a questão. Por exemplo, só no Estado de São Paulo, para vocês terem uma ideia, 50 Municípios foram instados à proibição. Não vou falar dos outros Estados porque eu não sei, mas, só no Estado de São Paulo, 50 Municípios foram instados à proibição através de suas Câmaras Municipais. Na capital, eu fiz dura oposição a essa ideia, primeiro porque, do ponto de vista social, nós iríamos perder 30 mil empregos diretos, segundo porque, do ponto de vista do consumidor, o que se estava propondo não era a retirada, a substituição da sacolinha, mas o pagamento da sacolinha. Se pagasse, você podia levar, sem problema; se não pagasse, aí ela se tornava um grande mal ambiental e ecológico. Então, é claro que está errado esse tratamento. É claro que perde credibilidade, na medida em que só é um veneno se for gratuito; se for pago, ele não tem problema. Quer dizer, se você comprar a cicuta virosa, você pode tomar à vontade, mas, se eu tiver que lhe dar, não tome porque vai lhe fazer mal. Está errado! Está errado!

Eu discutia o seguinte aspecto: seja a sacola convencional, seja a sacola biodegradável, seja a sacola oxibiodegradável, como disse aqui a Dra. Eloísa, se nós não tivermos um plano de gestão de resíduos, fica tudo na mesma. Não adianta nós termos a biodegradável, a oxibiodegradável, se nós não tivermos centro de compostagem, centro de triagem, coleta seletiva, destino, reciclagem, reutilização. Sem isso, não... Engraçado, porque me chama a atenção, para não generalizar, quase todos nós sabemos disso. Quase todos nós sabemos. Sabemos que, se não houver um bom plano de gestão no Município, ao invés de instarmos, estimularmos as câmaras municipais, os governos municipais condenarem esse ou aquele produto... Se fosse pela lógica racional, nós tínhamos que fazer uma cruzada contra o carro. Não é? Uma cruzada, já que o termo medieval é o que mais aqui nos assemelha; fazer uma cruzada contra o carro. Ele é o grande vilão do meio ambiente. Então, vamos acabar com os carros. Vamos açoitá-los em praça pública. Vamos dar como exemplo que ele não pode ser utilizado. Afinal de contas, ele polui o ar.



Acho que está errado esse tratamento. Primeiro, porque nesse debate, a meu ver, tem que haver visão holística no tratamento desse problema, porque, além de tudo, ele é cíclico, é um problema que precisa ser enxergado num processo histórico, econômico. Nós não podemos desassociar ação econômica da ação social e da ação de proteção dos recursos, que sem eles nós não sobreviveremos à face da terra. Esse é o problema. Os dois grandes problemas da humanidade estão intimamente ligados à energia: energia para a vida, alimentos, e energia para os bens de cultura, automóvel, indústria e tudo aquilo que nós utilizamos.

Ou nós enxergamos dessa forma ou nós vamos demorar muito acertar o ciclo. Essa que é a questão.

Eu acho, senhores, que nós deveríamos prosseguir. Por exemplo, ao invés de estimularmos, nos Municípios e nos Estados, o debate pelo banimento, por que nós não fazemos audiências públicas dessa natureza? Vejam o quão esclarecedor é um debate dessa natureza, inclusive para ajudar os Municípios a fazerem o plano de gestão. A Lei nº 12.305 não anda para frente, porque falta um plano de gestão dos Municípios. A maior parte dos Municípios brasileiros não tem um plano de gestão de resíduos. Sem um plano de gestão de resíduos, não vamos enfrentar sacola, não vamos enfrentar o PET, não vamos enfrentar nenhum dos outros resíduos com que nós temos que conviver e deveríamos aproveitar de melhor forma.

Então, só para não me estender demais, eu vi o estudo da FIPE que o pessoal da Plástivida... Vocês me perdoem, mas estou falando agora como membro da CDC, da Comissão de Defesa do Consumidor. Vejam só quantos produtos, as embalagens que estão à frente enquanto impacto do ponto de vista econômico na renda familiar. Está à frente de farinha de trigo, de água sanitária, de xampu, de detergente, de creme dental, de material escolar, de margarina, de ovos, sabonete, batata, tomate e macarrão e fica entre feijão e arroz. Então, quando nós acabamos com a gratuidade da distribuição, a pretexto de que essa distribuição vai causar um dano ambiental... E me desculpem: quando se fala de educação, nós não podemos falar de educação como se fosse um “incutimento” na cabeça das pessoas. Eu discordei de muitas campanhas que colocavam a sacola, uma sacolinha de plástico — todo o mundo sabe o tamanho, de 50 centímetros a 60 metros —, como aquela que encobria a terra e matava a terra, sufocando-a. Isso é medieval, gente! Isso é



um tratamento medieval do problema. Isso não esclarece ninguém. Isso não educa ninguém. Na minha opinião, do ponto de vista ambiental, nós temos que ter é esclarecimento. É aquilo que os alemães falavam: nós temos que trabalhar para o esclarecimento, trazer à luz o problema a ser enfrentado e não criar, incutir — e é óbvio que não vamos ser ingênuos aqui —, a partir das disputas econômicas, o manto de perfeição para uns e o manto de imperfeição para outros. Nesse caminho, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Como disse alguém antigamente, desse jeito tudo que é sólido vai se desmanchar no ar, e nós não vamos conseguir enfrentar.

Encerro aqui as minhas palavras, dizendo o seguinte: primeiro, sou contra a “demonização” ou a “cristianização”; segundo, sou a favor da distribuição e sou principalmente a favor de um esforço conjunto — poder público e produtores —, para que venhamos a viabilizar a Lei nº 12.305, porque ela traz efetivamente condição de implementar uma política de gestão de resíduo no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Gostaria de cumprimentar o Deputado Francisco Chagas pela sua participação, já conhecendo o seu trabalho na área química, como Vereador da cidade de São Paulo. Agora se destaca como Deputado Federal, atuando na área de proteção ao consumidor.

Concedo a palavra ao meu colega de Assembleia Legislativa, agora da Câmara Federal, Deputado Vanderlei Siraque, do Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Nós estamos ocupando mandatos juntos. Cumprimento os expositores, o Deputado Ricardo Tripoli, o Deputado Dr. Paulo César, do Rio de Janeiro, que é um Estado muito importante para a produção do plástico. Inclusive o Governador do Rio de Janeiro reduziu a alíquota do ICMS, dando incentivo à produção desse produto. Esperamos que o Estado de São Paulo faça o mesmo, até porque nos temos 11 mil empresas de plástico no Brasil, sendo que 5.500 estão no Estado de São Paulo.

Cumprimento o Deputado Francisco Chagas, que tem estudado o assunto, do ponto de vista econômico e, além disso, é um grande sociólogo. S.Exa. citou aqui Milan Kundera, que disse que tudo que é sólido se dissolve no ar. Citou também Michel Foucault, do *Vigiar e punir*.



Cumprimento o pessoal do comércio, do ABRAS. Eu acho que não existe distribuição de riqueza e capilaridade nos nossos produtos se não existisse uma grande rede de comércio e de supermercados. Mas acho que tem um erro que tem que ser deixado claro, Camila e Cristiane, que é o seguinte: a discussão do ponto de vista do supermercado tem de ser uma discussão do ponto de vista econômico, se se deve ou não dar a embalagem. E nós ganhamos esse debate, principalmente lá na minha cidade. A Associação Paulista de Supermercados, inclusive com interesses políticos de alguns Deputados, tentou banir o uso da sacola, de fato, a minha filha, a minha esposa. Achávamos que a sacola plástica era necessária. É lógico que ela pode causar um problema ao meio ambiente, assim como a sacola de papel ou qualquer outra embalagem. Agora, a maneira como foi apresentado o assunto, segundo o meu ponto de vista, foi um erro político, e com políticos errados, inclusive.

Fui a uma padaria, faz 1 mês, deram-me uma embalagem. Nesse caso, a padaria não a estava pagando, provavelmente a Associação de Embalagens de Papel a estava distribuindo. Nela estava escrito: *“Defenda o nosso planeta. Não use sacolas plásticas”*. Eu comprei uma garrafa de Coca-Cola e uma garrafa de água. Voltei à padaria e disse: *“Estão dizendo que usar plástico pode prejudicar o planeta. Como minha filha está comigo, tenho de ser educativo. Então, eu gostaria de uma embalagem de papel para a Coca-Cola e também para a água”*. Foi uma brincadeira lá no momento. O local estava cheio de gente. Eu disse: *“Está escrito aqui”*. O dono da padaria, que é meu amigo disse: *“É, de fato, o senhor tem razão”*.

Nós temos de tomar muito cuidado ao ficar cristianizando ou diabolizando. Não acho que não é nem anjo nem demônio. Nós temos um modelo econômico, que é o capitalista. Tal modelo tira o máximo possível da natureza e incentiva o máximo de consumo. Esse é o modelo pelo qual optamos, pelo qual o Constituinte optou. Não estou aqui discutindo se é o socialismo que está certo, se é o comunismo, se é o capitalismo. Estou dizendo apenas que temos um modelo, que acaba incentivando o consumo. Quando não há consumo, perde o supermercado, perde quem fabrica, perde o Governo, que deixa de arrecadar, perdem as políticas públicas de educação, de saúde, de segurança e de transporte.



Não existe um setor mais importante ou menos importante na economia. Existe uma relação de transversalidade, uma relação de interdependência em todos os setores. Nós temos de procurar o equilíbrio. Inclusive o setor de comércio, no geral, e os supermercados.

Agora estamos chegando ao final de ano. Se alguém for comprar uma camisa, quem vai levá-la debaixo do braço? Não querem nem a sacola plástica nem a de papel, mas uma embalagem bonita para dar de presente no Dia de Natal, para o seu familiar, para o seu amigo, para o namorado ou para a namorada, não importa. A gente quer uma embalagem bonita. Muitas vezes, a embalagem é mais cara do que o produto. Aí há uma questão econômica.

Por exemplo, compramos uma caixinha de bombom. Uma coisa é tirar uns bombons do bolso e entregar a alguém; outra coisa é chegar com uma embalagem bonita, todos tendem a gostar mais.

A Profa. Eloísa, que é da área de tecnologia de alimentos, da UNICAMP, sabe que temos de ter embalagens que sejam seguras. Por exemplo, existem aqueles *pallets* de plástico. Hoje a legislação exige que sejam usados *pallets* de plásticos, no lugar de *pallets* de madeira, pela razão que o Tamas tinha colocado, porque é mais difícil a penetração de um micro-organismo. No caso, é bom que demore mais a se degradar.

Há um professor da Universidade do Rio de Janeiro, Prof. Antônio, que me mostrou uma foto da Lagoa Rodrigo de Freitas, que me deixou impressionado. Falaram que os animais comem plástico. É mais difícil. É mais fácil eles comerem produtos biodegradáveis. Ele mostrou uma foto da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, com toneladas e mais toneladas de peixes mortos. Infelizmente, por falta de políticas públicas, de tratamento, de coleta de esgoto, ocorreu esse desastre ambiental. Se tivesse cheio de PETs ou de sacolinha plástica, talvez alguns entrariam dentro da sacolinha plástica; talvez os menorzinhos entrassem na garrafa PET. Mas nós não teríamos toneladas de peixes mortos na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, em decorrência do plástico. Seria tão feito o plástico e as PETs estarem lá quanto o esgoto. Mas os peixes não morreriam. Poderia morrer um ou outro.



Há outro amigo meu que fala assim: “*O plástico não chegou lá sozinho — talvez alguma sacolinha levada pelo vento*”, até porque ele não é suicida, de ficar pulando dentro de um rio poluído, cheio de esgoto, entrar em um bueiro e depois vir uma grande quantidade de chuva. Então, nós temos de ter um equilíbrio. Acho que é necessário haver parcerias com o setor do comércio, especialmente com os supermercados, nos quais há mais pessoas. Deveria haver parceria com os grandes *shoppings*. Não sei como fazer com os pequenos. É importante fazermos parceria, para haver a reversibilidade. O setor é importantíssimo para nós.

Gostei muito, Sebastião, quando você falou que a reciclagem não se dá pela consciência das latinhas. Eu gosto de ir à praia e tomar um refrigerante de latinha ou uma cerveja de latinha. Mas quando chega uma pessoa, fica uma coisa desagradável, por dois motivos: primeiro, pela dignidade da pessoa humana. Segundo, porque você está lá sossegado e não quer lembrar que existem problemas na sociedade. A pessoa fica esperando você tomar o refrigerante ou a cerveja para levar a latinha. Houve um dia que pedi mais uma latinha e comecei a conversar com a pessoa que a estava esperando. Pelo menos já leva duas latinhas. Pela pobreza fazem isso. Às vezes, faz-se a separação, muitas vezes, não pelas mãos humanas, mas por outras formas de tecnologia. Está de parabéns. É importante trabalharmos de forma equilibrada.

Falou-se da educação. Obviamente não é educação formal, mas é a cultura nossa, talvez até mais do que a educação em si, dos meios de comunicação social. Isso é importante.

E eu falo que nós estamos aqui defendendo interesses. Eu estou aqui como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil. E nós queremos, tem três gerações neste setor, criar a quarta geração, que é a reciclagem dos produtos; mas nós também temos a consciência de que a reciclagem também está gastando energia.

Agora, nós temos também a reciclagem energética, que é quando não é mais possível. É uma maneira... E nós temos que procurar tecnologias para isso. Eu também visitei, um dia, um centro de tecnologia que produzia o plástico verde. Eu fiquei superfeliz, porque eu falei, afinal de contas... Era a partir do etanol. Aí ele



falou: “*Não; mas pode-se produzir a partir do milho, da batata, da mandioca*”. Aí eu perguntei a outro professor, e ele falou: “*Não, é possível, se nós enchermos o território nacional de mandioca e se as pessoas pararem de comer mandioca, pararem de comer batata, pararem de fabricar açúcar*”. Se, em todo território nacional, no lugar dos alimentos, for plantada cana, nós vamos produzir todos os produtos químicos a partir daí. E do petróleo, só com 5% é possível a gente fazer tudo o que nós estamos fazendo hoje.

Então, é uma questão de equilíbrio. Nós temos que utilizar diversas fontes — eu não vou dizer fontes alternativas; eu não gosto muito dessa palavra alternativa — , juntar as fontes, ter estudos nas universidades. A sociedade tem que fazer este debate. Inclusive, nesse sentido, eu parablenizo os Deputados, porque aqui é a caixa de ressonância da sociedade. Nós temos que trazer quem é a favor, quem é contra, quem é mais ou menos; não importa.

Eu só quero parabenizá-los, mas colocar que eu tenho uma posição. Eu defendo o desenvolvimento sustentado, do ponto de vista econômico, e sustentável, do ponto de vista ambiental. É importante que tenhamos os grupos de pressão, mas é importante a gente dizer para a sociedade que nós defendemos interesses. E, dentro desses interesses, nós fazemos opções. E o ideal é que essas opções sejam equilibradas e que atendam o consenso, que a gente possa chegar a um consenso através do nosso Ministério, do nosso Governo, que está aqui muito bem representado pela Mariana. É o Estado que vai fazer as mediações, e nós somos parte deste Estado, mas ninguém melhor do que o Ministério do Meio Ambiente, que vai fazer a articulação, como tem aí a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, do MMA. Então, é importante a gente chamar todas as partes, todas, 100% das partes. Aqui parece que tem, não vou dizer 100%, mas deu um grande debate.

Parabéns a todos e a todas, sem exceção.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Gostaria de cumprimentar o Deputado Vanderlei Siraque por sua participação e de lembrar que, a partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão à



disposição dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente, na Internet, no *link*: audiências públicas.

Informo que amanhã, quarta-feira, no Plenário nº 2, deste mesmo Anexo, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizará os seguintes eventos: às 10 horas da manhã, teremos reunião deliberativa ordinária, com os projetos já publicados e, às 11 horas, teremos uma audiência pública extraordinária que falará sobre o novo marco regulatório da mineração, que é o Projeto de Lei nº 37, de 2011, e de grande interesse da população brasileira.

Assim sendo, em meu nome, em nome do Deputado Paulo Cesar e em nome do Deputado Penna, agradeço a presença dos convidados, Parlamentares e demais presentes, assim como a participação dos internautas.

Declaro encerrada esta reunião de audiência pública, desejando a todos um ótimo final de dia, uma boa estada em Brasília, àqueles que ficaram aqui, e, àqueles que retornam, tenham uma ótima viagem.

Muito obrigado.